



## QUEM SOMOS?

A presente revista é uma publicação organizada pelos professores e coordenações de sociologia e filosofia do Colégio Estadual do Paraná. O objetivo desta revista é o mesmo intuito que a Paideia tinha para os cidadãos gregos de outrora: contribuir para a formação de cidadãos plenos, dotados de senso crítico e de capacidade de reflexão.

Os artigos escritos são de inteira responsabilidade de seus autores. A revista possui uma periodicidade bimestral, totalizando 04 edições anuais.

### Corpo Editorial

Editor Responsável: Ney Jansen Ferreira Neto

Conselho Editorial: Luciana Paula da Silva de Oliveira, Murilo Cesar Erhig, Ney Jansen Ferreira Neto, Wilson José Vieira.

### Normas para publicação

A Revista digital Paideia é uma revista aberta a colaboração de professores, funcionários e alunos do Colégio Estadual do Paraná. Os textos publicados nessa revista são plurais e estão permanentemente abertos a todos os posicionamentos artísticos, literários, filosóficos, sociológicos, ideológicos, devendo as publicações ter fundamentação nos conteúdos, autores e obras que são objeto de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento presentes no Planejamento Curricular do Colégio. As publicações podem ser em formato de artigo científico, poesias, crônicas, depoimentos, texto argumentativo-reflexivo, resenhas de livros ou filmes.

Serão vetadas publicações cujos conteúdos expressem a violação de direitos humanos, ou seja, possuam preconceitos de gênero, raça, religião, orientação sexual ou ofensas pessoais a quaisquer indivíduos, seja esfera privada ou pública.

Os textos submetidos ao conselho editorial que estabelece previamente a pauta das edições. Os artigos devem obedecer as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) referentes a publicação e devem ser voltadas a temas que envolvam os conhecimentos científicos, filosóficos, artísticos e literários que são objeto de ensino-aprendizagem no colégio.

### Endereço para contato

Colégio Estadual do Paraná. Avenida João Gualberto, nº 250. Alto da Glória. CEP: 80030-000. Curitiba-PR.

Telefones: (41) 3234-5610; (41) 3234-5626

**Colaboraram com esta edição:** Agatha Hiraku Ishikawa; Allan Mallewschik Marchior; Bruna Aparecida dos Santos; Bruna de Paula Moura; Eliana Maria dos Santos; Fernanda de O. Czylvsniak; Izabela Bonfim; Jaqueline Ortiz; Juliana Vieira; Jullye G. Ponsoni; Kamila Eduarda Odorico; Keissielly Marques da Silva; Leonardo Bajerski; Luciana Paula da Silva de Oliveira; Maria Thereza Nardotto Macedo; Nathan Rafael de Oliveira; Ney Jansen Ferreira Neto; Rodrigo Tomazini; Vilma Luzia Dolinski; Vitória Teixeira; Wilson José Vieira.

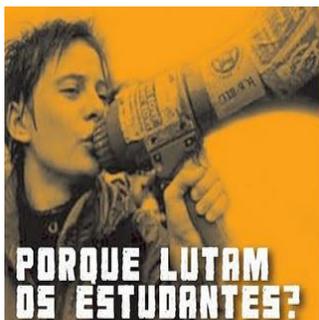
# SUMÁRIO



**EDITORIAL:  
O MOVIMENTO ESTUDANTIL  
ONTEM E HOJE**  
(Página 05)



**GOTA D'ÁGUA**  
Maria Thereza N. Macedo (3º L)  
(Página 07)



**DEPOIMENTO**  
*“os estudantes praticaram uma ação política”*  
Victória Teixeira (3º E)  
(Página 08)



**DEPOIMENTO**  
*“decidimos ocupar o CEP para mostrar nossa indignação contra a MP 746 e PEC 55”.*

Juliana Vieira (3º A)  
(Página 08)



**DEPOIMENTO**  
*“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, o jovem no Brasil nunca é levado a sério”*

Bruna A. dos Santos  
(3º E)  
(Página 09)



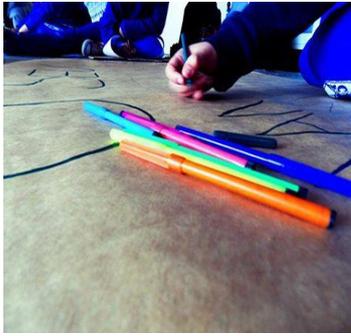
**DEPOIMENTO**  
*“havíamos ‘saído da caverna’ e realmente havíamos”*

Jullye G. O. Ponsoni (2º H)  
(Página 10)



**DEPOIMENTO**  
*“após a posse do vice Michel Temer, um caos se instalou”*

Jaqueline Ortiz (3º E)  
(Página 11)



### DEPOIMENTO

*“aprendemos de forma prática os significados de cidadania e coletividade”*

**Keissiyli Marques da Silva (3º B)**

(Página 11)



### AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS E A RESISTÊNCIA AS MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL

**Rodrigo Tomazini, funcionário**

(Página 22)



### DEPOIMENTO

*“a implantação das medidas que não foram questionadas aos secundaristas”*

**Bruna de P. Moura (3º E)**

(Página 12)



### RETORNO AO SÉCULO XIX?

**Profª Eliana M. dos Santos**

(Página 24)



### DEPOIMENTO

*“Um ato totalmente legítimo garantido pela constituição”*

**Leonardo Bajerski (3º E)**

(Página 12)



### HANNAH ARENDT EM QUATRO CAPÍTULOS CAPÍTULO 04:

**A CRÍTICA DE ARENDT À MARX.**

**Profª Vilma Luzia Dolinski**

(Página 26)



### REFORMAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA O “MERCADO”: PARA ENTENDER AS RAÍZES DA MP 746

**Profº Ney Jansen**

(Página 14)



### MERITOCRACIA

**Maria Thereza N. Macedo (3º L)**

(Página 28)

## **EDITORIAL: O MOVIMENTO ESTUDANTIL ONTEM E HOJE**

É com grande satisfação que apresentamos a edição número 04 da revista PAIDEIA, revista impulsionada por professores de filosofia e sociologia do Colégio Estadual do Paraná e aberta a colaboração de colegas professores, funcionários e alunos do CEP.

Neste número trazemos reflexões sobre o protagonismo estudantil a partir da perspectiva dos alunos que participaram das ocupações de escolas, seus desdobramentos e as reflexões sobre a medida provisória e demais medidas anunciadas pelo governo de Michel Temer.

O ensino médio no Brasil constitui um verdadeiro desafio, ainda mais em uma realidade de histórica privação de acesso ao estudo dos brasileiros em diferentes níveis de ensino. Segundo o PNAD 2011, o brasileiro com mais de 15 anos estudou em média durante 7,7 anos. Atualmente cerca de 98% dos alunos acessam o ensino fundamental, porém apenas metade dos jovens de 15 a 17 anos está no ensino médio, 30% desses jovens de 15-17 anos estão no ensino fundamental e 20% desses jovens de 15-17 anos estão fora da escola). Na transição do ensino fundamental ao ensino médio a evasão escolar aumenta de forma substancial. No ensino superior o funil estreita-se ainda mais.

No Brasil ao longo do século XX, e início do XXI, houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade. Ainda assim, 60,4% da população brasileira não possui ensino fundamental completo e 11,2% da população com mais de 7 anos é analfabeta (CONAE, 2010). Outro aspecto é o fato de que a qualificação dos trabalhadores não é garantia de emprego no mundo em que vivemos.

Esses dados sobre evasão, nível de escolaridade, exigem do poder público mudanças no sentido da superação dessas mazelas o que passa em primeiro lugar por ampliação de investimentos públicos nas escolas, na valorização dos educadores e uma discussão democrática sobre o currículo com os agentes envolvidos diretamente com a escola pública.

Porém, a reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer via medida provisória (MP) possui outros interesses, outras intencionalidades. Uma reforma que apresenta similaridades com as reformas educacionais da época da ditadura militar no Brasil e com reformas educacionais oriundas de Conferências patrocinadas por organismos internacionais como as de Jomtiem na Tailândia em 1990, e as reformas educacionais no México, Chile, Estados Unidos.

O governo de Temer impôs, sob forma de MP, no dia 22/09/16, uma reforma de viés privatista do Ensino Médio, alegando que um “debate” já havia sido feito na sociedade.

As ocupações de escolas pelo Brasil que se seguiram após tal anúncio, tiveram no Paraná seu epicentro. Cerca de 850 escolas foram ocupadas pelos estudantes secundaristas rejeitando a medida provisória 746 imposta e a PEC 241.

O movimento do Paraná ganhou repercussão nacional e até na imprensa estrangeira. Em outros estados ocupações também ocorreram mas sem a amplitude do Paraná. Após o fim das ocupações dos secundaristas que foram ao limite do esforço, mais de 200 universidades no Brasil foram ocupadas pelos estudantes universitários contra a MP e também a PEC 241 de congelamento de gastos por até 20 anos.

O movimento estudantil na história (no Brasil, nos demais países da América Latina, no resto do mundo) foi e é um ator político importante.

Desde o final do século XIX na América do Sul (Uruguai, Chile, Argentina) os estudantes já apareciam como a parcela mais ativa da juventude quanto às questões políticas. Em Montevidéu, já acontecia o “Primeiro Congresso de Estudantes Americanos”.

A cidade de Córdoba, na Argentina, em 1918 foi palco de um dos primeiros protestos estudantis na Universidade de Córdoba, dominada a época por um conservadorismo elitista no corpo docente. Estudantes reclamavam por uma reforma universitária e organizam uma greve contra a imobilidade dos corpos diretivos e o caráter vitalício dos conselhos existentes nas faculdades. O regime na Universidade era denunciado pelos estudantes como anacrônico e fundado numa espécie de direito divino do professorado, que mantinha os docentes separados da realidade e distantes dos alunos.

No Brasil, o primeiro grêmio estudantil é fundado em 1902 em São Paulo. Em 1910 é realizado o primeiro congresso nacional de estudantes em São Paulo. Em 1937 é fundada a UNE (universitários). Em 1948-49 é fundada a UBES (secundaristas).

O movimento estudantil esteve na campanha contra o nazi-fascismo na época da 2ª guerra, na campanha pela derrubada da ditadura do Estado novo varguista. Depois o movimento estudantil esteve presente na campanha “O Petróleo é nosso” nos anos 1950, em defesa da criação de uma empresa pública que garantisse a soberania nacional na questão energética.

Nos anos 1960/70 no contexto das ditaduras latino-americanas as organizações estudantis são fechadas ou tem suas sedes (UNE, UBES), incendiadas

por grupos de extrema direita. Muitos estudantes foram presos, mortos e desaparecidos.

Mesmo em difíceis condições, os estudantes denunciavam o convênio MEC-USAID que adaptava o currículo do ensino básico e superior aos interesses empresariais (similar por sinal aos interesses dos redatores da MP 746).

Em Curitiba, entre 1964-1968, o movimento estudantil secundarista e universitário organizou-se contra a repressão e contra a proposta anunciada pelo ex-ministro da educação Suplicy de Lacerda e reitor da UFPR de cobrança de mensalidades nos cursos na universidade.

Durante a campanha contra o ensino pago, os estudantes universitários e secundaristas organizaram uma campanha de boicote ao vestibular. O vestibular foi suspenso naquele ano. Uma campanha contra o ensino pago obteve a revogação da cobrança de mensalidades na UFPR que já estava em vigor.

A vitória no combate ao ensino pago alimentou a organização estudantil no Paraná. As lideranças tornaram-se referência na cidade de Curitiba e no cenário nacional. Porém, no mês de outubro de 1968, 49 dos 60 estudantes do Paraná delegados ao Congresso da UNE em Ibiúna foram presos.

Os anos 1960 ficam marcados também pelos movimentos como os de “maio de 68” na França com as greves gerais estudantis secundaristas e universitárias que juntavam-se as greves do movimento operário, as ocupações de fábricas. Paris, Nova York, Praga, Rio de Janeiro, Cidade do México, também conheceram intensas mobilizações estudantis e de juventude no explosivo ano de 1968.

Na Cidade do México em 68, a polícia reprimiu fortemente a um grupo de estudantes do ensino médio e ocupou com sangue e fogo alguns colégios de ensino médio e da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e do Instituto Politécnico Nacional (IPN), os dois organismos públicos mais importantes de educação superior no México, com um saldo trágico de vários mortos e centenas de presos. Atualmente, 43 estudantes mexicanos estão desaparecidos por protestarem contra reforma educacional em 2015.

Voltando ao Brasil. No final dos anos 1970, congressos clandestinos acontecem e as entidades estudantis reconstroem-se anos depois. A UNE é reconstruída em 1979 e a UBES é reconstruída em Congresso em Curitiba em 1981. Estudantes voltam as ruas. As pautas eram contra o ensino pago, mais verbas para a educação, diretas já, assembleia constituinte, reforma agrária, reforma universitária, aliança operário-estudantil.

Nos anos 1980 a participação estudantil cresce. Na campanha das diretas já, na luta por mais verbas

para a educação, na obtenção do voto facultativo aos 16 anos, na promulgação da Lei do Grêmio Livre de 1985 que garantiu a livre organização dos estudantes secundaristas. Nos anos 1990, os estudantes voltam ao cenário nas mobilizações pelo Fora Collor, e na vitoriosa luta que barrou a privatização das empresas públicas COPEL e SANEPAR no Paraná em 2001.

As lutas estudantis estiveram presentes no Chile em 2006 (“marcha dos pinguins”) pelo passe livre, contra cobrança de taxas em escolas e universidades. No Brasil as lutas do “movimento passe livre” chegou a obter o passe livre estudantil em diversas cidades e que teve no ano de 2013 uma importante vitória ao se barrar e até reduzir o valor das passagens de ônibus em várias capitais do Brasil.

Neste número trazemos uma sugestiva crônica (“Meritocracia”) e uma reflexão (“Gota d’água”) da aluna Maria Thereza do 3º L e oito depoimentos de alunos (Vitória Teixeira do 3º E, Juliana Vieira do 3º A, Bruna dos Santos do 3º E, Jullye Ponsoni do 2º H, Jaqueline Ortiz do 3º E, Keissiely da Silva do 3º B, Bruna Moura do 3º E, Leonardo Bajerski do 3º E) que vivenciaram o movimento de ocupação.

Esta edição traz também a contribuição artística de desenhos e histórias em quadrinhos sobre a “ocupa” pelas mãos de Agatha Ishikawa do 2º A, de Allan Marchior e Nathan Oliveira do 1º H, de Fernanda Czelvnsniak, Izabela Bonfim e Kamila Odorico do 2º B.

A revista possui também o artigo do professor Ney Jansen de sociologia sobre as raízes da PEC 746, pautada pelos interesses empresariais na educação apresentando as “novidades” mas também as “continuidades” da concepção de educação que vinha sendo gestada pelo menos desde os anos 1990, passando pelo governo Dilma.

O funcionário agente II, Rodrigo Tomazini apresenta uma reflexão sobre os embates entre o movimento de trabalhadores e de estudantes com o governo federal bem como os impasses que os movimentos de trabalhadores e de estudantes tiveram que se defrontar na conjuntura recente.

A professora de sociologia Eliana Maria dos Santos apresenta um resumo de cerca de 70 projetos de lei que estão em tramitação no congresso nacional e que podem retirar direitos dos trabalhadores. A professora Eliana faz o questionamento se tais proposições não significariam um retorno as condições sociais e trabalhistas do século XIX.

Apresentamos também o último capítulo do curso “Hannah Arendt em Quatro Capítulos” na sequência da publicação nas três primeiras edições da revista PAIDEIA, escritos pela professora de filosofia Vilma Luzia Dolinski, dedicando o último capítulo a críticas de Hannah Arendt a Karl Marx.

**Boa leitura!**  
**Curitiba, dezembro de 2016.**

# GOTA D'ÁGUA

Maria Thereza Nardotto Macedo  
(3º L)

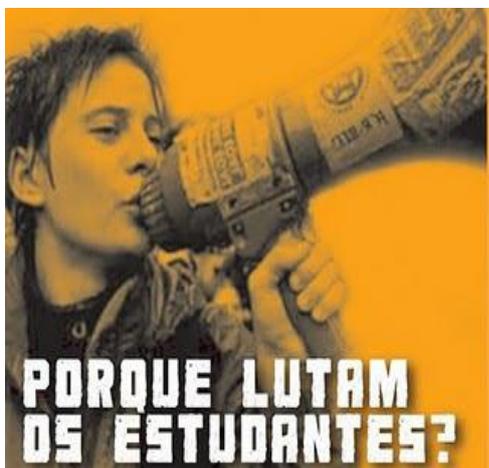


Voltando para casa depois de mais um dia aparentemente normal no colégio, me sento em um banco no ônibus ao lado da janela. De repente, a chuva que estava ameaçando começar, ganha força. As gotas de água começam a escorrer pelo vidro e eu particularmente acho muito divertido acompanhar o caminho que elas fazem. Percebi que muitas delas estavam se encaminhando para uma espécie de poça que se formava entre o vidro e o metal abaixo. Comecei a torcer para que as gotas percorressem o caminho necessário para que se formasse uma poça cada vez mais cheia. Eis que de repente o ônibus passa por cima de um pequeno buraco, aparentemente insignificante, e toda a água que havia se depositado naquela pequena poça vem para cima de mim. Normalmente, eu ficaria brava por ter me molhado, mas dessa vez fiquei com curiosidade de observar aquele fenômeno, que se repetia todas as vezes que o ônibus passava por um buraco ou uma lombada. Aquilo começou a me intrigar e eu comecei a encarar a poça, e posteriormente os pingos d'água que vinham em meu rosto, como se nada mais a minha volta fosse interessante. Acabou que comecei a sentir um vazio, pois aquela poça se assemelhava cada vez mais com as atitudes das pessoas a minha volta e até mesmo com as minhas. Conforme os dias passam, os problemas, as diferenças, os antagonismos e as situações que deveriam mobilizar milhões vêm e se acumulam em todas as pessoas da mesma maneira que aquelas gotas alimentavam a pequena poça. E da mesma forma que eu enxergava aquela poça antes de toda sua água vir em minha direção, a maioria dos membros da sociedade leva a vida. Passamos dias se convencendo de que está tudo bem, de que de maneira natural tudo irá se resolver. Que as atitudes individuais não podem mudar nada, que a chuva não para de alimentar a poça só porque eu desejo que seja assim. E esse exercício é tão cotidiano que sequer se percebe seu exercício. E, como qualquer ilusão, há limites, aquele momento que a realidade bate e choca. E quando esse limite se enche de indignações e transborda como a água daquele pequeno espaço, qualquer mísera turbulência, como um buraco aparentemente insignificante, é suficiente para destruir

toda ilusão do “tudo bem” e ocasionar nas grandes manifestações e movimentos sociais que todos estamos cientes, pois sempre chega um ponto em que a situação se torna insustentável, que você começa a se perceber parte de algo maior. E assim como eu me molhei com aquela água, todos se molham de força e coragem para mostrar o que querem da sociedade em que vivem. Aquela água em meu rosto talvez fosse necessária para que eu acordasse, e é assim que funciona os movimentos sociais e os grandes debates que se faz acerca de diversos temas. Claro que sempre há quem se preocupa com a realidade em que vive, mas também há pessoas que precisam de um choque para entender todos esses problemas de que tanto se fala e que eles simplesmente ignoram. Mas assim como a água acaba por voltar a se acumular de maneira rápida, de forma que eu mal conseguia acompanhar, a multidão normalmente age assim. E o engraçado é que por mais que os resultados possam ser catastróficos, depois que o objetivo é alcançado e a ‘calmaria’ atinge novamente a sociedade, a maioria volta à ilusão de sempre, esquecem o que já aconteceu, esquecem o quanto tiveram que lutar para alcançar o que têm e o quanto os atuais direitos já fizeram falta. Esquecem até de como certos ‘representantes’ foram responsáveis por toda aquela revolta, e voltam a seu individualismo e egoísmo de sempre, voltam a se sentir incapazes de alguma mudança, como se não conhecessem outra forma de viver, se não a do desespero.



Fernanda de O. Czelynsiak, Izabela Bonfim e Kamila Eduarda Odorico (2º B)



## DEPOIMENTO

*“os estudantes praticaram uma ação política”*

**VICTÓRIA TEIXEIRA (3º E)**

A cidadania é a condição de pessoa como membro de Estado, tem de praticar da vida política. Dado esse termo, os estudantes praticaram uma ação política com o movimento ocupa. Em 07 de outubro de 2016 ocorreu uma grande comoção dos estudantes que lutavam por conta de medidas do governo. Estudantes ocuparam colégios em todo o Brasil, só no Paraná, cerca de 850 escolas foram ocupadas e algumas universidades também (número divulgado pelo movimento ocupa Paraná). O movimento então ficou conhecido e marcado como a primavera secundarista.

Os objetivos do movimento Ocupa além de ir contra a reforma do ensino médio (MP 746), é contra a PEC 241 (a PEC da redução de gastos) e a Escola sem partido (PL 193). O movimento ocupa ganhou grande força com o número de escolas ocupadas e grande repercussão na mídia principalmente pela reforma e pela PEC 241.

Alguns jornais e sites publicaram as causas e objetivos do movimento e a sua importância no futuro da educação. Porém as mídias mais influentes nem tocaram nesse ponto, apenas mostraram as escolas ocupadas, entrevistaram pessoas, mas apenas mostraram pais insatisfeitos com o tempo de ocupação, como por exemplo, uma mãe que foi entrevistada pelo jornal nacional no final de outubro e disse “com comida, wifi e abrigo quem não gostaria de ficar no colégio?”, um grupo que também teve grande influência nesse período de ocupação ultimamente foi o MBL que teve outdoors espalhados pela cidade com a frase “obrigado MBL por fazer nossos filhos voltarem para a escola”, sem falar o comentário de ódio que o MBL incitou no facebook. O que não mostraram tão abertamente na TV foi que os estudantes exerciam seu direito político de maneira organizada, que arrecadaram comidas, limpavam banheiros e pichações causadas pelos baderneiros.

Antes mesmo de ocuparem o colégio os estudantes foram as ruas num movimento que não foi noticiado na TV, que a escola sem partido tira o direito de cidadania, pois com ela não haverá o direito de

discutir sobre questões como gênero, política entre outros. A PEC 241 terceiriza a educação que é o maior meio de formar cidadãos conscientes e a reforma do ensino médio que anteriormente queria tirar educação física, artes, filosofia e sociologia, mas graças a insatisfação de muitos foi retirado do projeto, mas não há só essa questão, como outras. Os movimentos não retiraram a medida provisória porém fizeram com que uma medida intransigente se transformasse em algo a ser discutido.



Imagens de protesto dos estudantes do PR no dia da audiência pública sobre a MP 746

## DEPOIMENTO

*“decidimos ocupar o CEP para mostrar nossa indignação contra a MP 746 e PEC 55”.*

**JULIANA VIERA (3º A)**

### Ocupação e organização

Nós alunos ocupamos o colégio dia 06/10/16, as 22:35; antes de ocupar, nos reunimos na sala do grêmio e separamos os andares e as alas que cada grupo de alunos ia fechar. Após fecharmos o colégio, nos organizamos para dormir; dormimos o primeiro dia no saguão e esperamos o dia seguinte.

No dia 07/10 os alunos do turno da manhã chegaram, foram direcionados até a arena e lá explicamos o porque estávamos ocupando, falamos sobre a MP 746 e sobre a PEC 55(241), tiramos todas as dúvidas que ainda restavam, depois de tudo esclarecido, fizemos cartazes e faixas e assim terminamos o primeiro dia de ocupação.

No outro dia organizamos as comissões, 5 delas.

Comissão da limpeza- que ficou responsável pela limpeza do colégio, mas todos os integrantes da ocupa ajudavam na limpeza de alguma forma, sujou, limpou, organizavam suas próprias coisas, e não tinha essa de só menina limpa.

Comissão da comida: que ficou responsável por fazer as refeições, essas que tinham um horário- café da

manhã das 8:00 as 9:00 hrs, almoço- 13:00 hr, café da tarde- 18:30 a 19:30 e a janta 22:30, também era responsável por organizar as comidas recebidas de doação, transformamos a salinha de cuidados na nossa despensa.

Comissão da comunicação: essa comissão ficou responsável por repassar informações para a comunidade, pais e estudantes, para isso foi criado a Página OCUPA CEP no Facebook, também organizavam a agenda cultural e entravam em contato com pessoas dispostas a realizar oficinas, essas que variavam entre aulas de dança até aulas de física. A sala 208 (sala das pedagogas) foi transformada na salinha da comunica.

Comissão de segurança: essa comissão NÃO era formada só por meninos as meninas também participavam e muito bem por sinal, eles eram responsáveis pela organização de segurança na ocupa.

E por fim a comissão da saúde.

Os dias na ocupa eram sempre organizados, a agenda cultural era postada na pagina um dia antes e todos haviam algo diferente, as aulas oferecidas na ocupa não eram aulas normais, pois as aulas não eram dadas da forma convencional- todos em fila, dentro de uma sala, o professor fala e os alunos escutam-, elas eram dadas por doutores ou mesmo por estudantes, eram aulas participativas, interessantes que nos faziam ficar vidrados no assunto tratado.

Os banheiros eram unissex, tivemos que ouvir onde já se viu usar banheiro unissex entre outras coisas, mas uma coisa eu digo, nunca tinha visto um banheiro do colégio tão limpo.

O banho também era organizado por horários.

O elevador e a piscina não eram utilizados por motivo de segurança.

As salas de aula permaneceram fechadas durante a OCUPA, somente a área administrativa era utilizada, nós ocupantes dormíamos nos corredores da área administrativa do 2º e 3º andar,.

Eram realizadas assembleias diariamente e as decisões que precisavam ser tomadas eram sempre discutidas coletivamente.

A ocupação era organizada de forma horizontal ou seja, não tinha alguém que mandava.

A ocupação nos trouxe muitas experiências, experiências essas que nunca teríamos sentados em filas, um atrás do outro. A ocupação do CEP, nos trouxe a chance de conhecer pessoas, ter aulas oferecidas em faculdades, nos ensinou a respeitar ainda mais as diferenças, aprendemos a importância da coletividade e a coisa mais importante, que juntos somos mais fortes.

#### **Motivos de ocuparmos.**

Nós estudantes decidimos ocupar o CEP para mostrar nossa indignação contra a MP 746 e PEC 55(241).

Já havíamos feito diversas manifestações de ruas, mas as manifestações não estavam chamando a atenção que nós queríamos, e precisávamos de uma nova forma de lutar pela educação. Os outros colégios já estavam ocupando, e os estudantes do CEP sempre foram conhecidos por participar do movimento

estudantil e nós não podíamos deixar de participar desse movimento.



## **DEPOIMENTO BRUNA A. DOS SANTOS (3º E)**

***“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, o jovem no Brasil nunca é levado a sério”***

“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, o jovem no Brasil nunca é levado a sério” – “Não é sério”, música da banda Charlie Brown Júnior, lançada há 16 anos atrás, mostra que as situações ocorridas ainda refletem e ocorrem em nossa sociedade nos dias de hoje. A música faz uma forte crítica em relação aos problemas que enfrentaremos em nosso país, principalmente quando trata-se de educação pública. A crítica se faz também em como a mídia retrata os jovens e qual é a importância dos mesmos, como cidadãos, dentro da sociedade. E é exatamente disso que se tratam as ocupações que ocorreram nos últimos tempos.

As ocupações nos colégios tinham como objetivo tomar um novo rumo, escrever uma nova história para a educação da rede pública de ensino. Em forma de manifestação, estudantes secundaristas se uniram e ocuparam suas escolas para lutar contra a MP 746 (medida provisória) que se refere a reforma do ensino médio, a PEC 241 (proposta de emenda constitucional) que tem como objetivo congelar as despesas do governo nos próximos 20 anos e o PL 193.

Apesar de ser um movimento legal e pacífico, muitos foram as críticas feitas aos estudantes das ocupas, dentre eles, a mídia, um vínculo de comunicação, que tentou desvalorizar o movimento, transmitido e mostrando os seus próprios interesses, distorcendo os fatos e as informações, e fez com que as pessoas acreditassem que só haviam coisas erradas dentro das ocupações em todo o país, mas ao contrário disso, alunos provaram a sua força e determinações, tendo total controle das escolas, os quais tiveram palestras, aulas e realizaram uma série de tarefas, como pequenos reparos, limpezas, comida, entre outros, mostrando total organização.

Estudantes deram suas caras a tapa, mostrando seus rostos e não se sentindo envergonhados nem oprimidos quantos aos que julgavam e criticavam. Foi uma luta de resistência que causou um grande impacto social, trazendo novas experiências e aprendizados para suas vidas, mostrando a todos que são capazes de fazer a diferença, que possuem um senso crítico, sendo esse

adquiridos através de disciplinas como a filosofia e a sociologia, exercendo seus direitos como cidadãos, de lutar por aquilo que se acredita, de não aceitar que o governo implante uma reforma no ensino, enquanto as escolas públicas não possuem recursos e estruturas para tais mudanças.

Por fim, percebe-se que ainda há muito o que fazer em relação à cidadania, porém, esse ato dos estudantes secundaristas frente as ocupações serviu de lição e foi algo histórico e marcante na realidade de nosso país, fazendo com que ainda possamos ter esperanças, e que as nossas esperanças estão nos jovens que anseiam por um país mais justo em uma luta coletiva por aquilo que se acredita ser o melhor para todos.



Manifestação em Brasília dia 29/11

## DEPOIMENTO

*“hávamos ‘saído da caverna’ e realmente havíamos”*

**JULLYE G. O. PONSONI**

**(2º H)**

Foi mais de um mês de aprendizado e conquistas, e a luta continua. Durante o período da ocupação não só eu, mas acredito que todos os envolvidos, sejam eles professores, funcionários, alunos ou pais passaram por uma gigante transformação, ela foi mútua e aconteceu de forma espontânea, como consequência de tudo que vem acontecendo, as ocupações por si só foram em minha opinião o maior ato político de secundaristas já realizado em toda a história do Brasil. Foram milhares de escolas ocupadas em todo o país, e todas elas com o objetivo de mostrar nossa insatisfação e repúdio as medidas que vem sendo impostas de forma vertical a nós. Conforme os dias iam passando percebia a mudança que acontecia em mim, não só eu, mas as pessoas ao meu redor diziam que eu havia mudado, acredito que através das ocupas eu ganhei um conhecimento político muito mais profundo do que em toda a minha vida escolar, aliás a vida escolar no geral tem sido deficiente em nos proporcionar experiências políticas reais. Brincávamos que havíamos “saído da caverna” e realmente havíamos.

Cada dia possuíamos um obstáculo diferente, a mídia tradicional jamais nos apoiou e lutar contra elas e outras formas de divulgação que tinham como único

objetivo o enfraquecimento de nosso movimento, foi um enorme desafio. Éramos divididos em comissões para garantir a horizontalidade, eu pertencia a comunicação. Essa comissão atualizava a página da ocupação, ficávamos com a parte “burocrática” e até tínhamos a nossa salinha, a maravilhosa 208, que era toda decorada, estando nos veículos midiáticos podia perceber a enorme dificuldade em divulgar a realidade vivida, éramos nós contra a mídias gigantescas. Um grupo de adolescentes, de jovens, contra jornalistas, emissoras, canais e outras formas de comunicação.

Muitas vezes, os ataques que sofríamos eram tão desgastantes psicologicamente que eu me pegava chorando escondido, fomos insultados e agredidos de todas as formas que se pode imaginar, a maior parte da população foi colocada contra nós, mas nossa luta era por aqueles que nos agrediam também. Quando voltamos para as aulas parecia tão errado estarmos no velho formato de educação, onde ficávamos calados ouvindo e em seguida realizamos exercícios e afins, a escola sem ocupação é uma escola totalmente diferente e só quem viveu a realidade de ocupar sabe. Das ocupações, com o propósito de levar a luta adiante sem depender de grupos vinculados a partidos políticos, nasce o CAOS (coletivo autônomo de organização secundarista). Ele é um coletivo composto por vários secundaristas de todos os lugares e ultimamente nós temos colocado o CAOS em Brasília. Juntos fomos para a capital do país protestar na frente do senado, acompanhar a votação da PEC 55 (antiga 241) e o debate sobre a MP 746, porém fomos recebidos com spray de pimenta e repressão policial, passamos horas na tentativa de apenas entrar no senado e, apesar de todas as dificuldades, conseguimos (ainda que nem todos) entrar e realizamos lá dentro o primeiro jogral da história do Senado, foi lindo, além do jogral, nós nos manifestamos de forma explícita pelos corredores. Mas a PEC passou...

Novamente fomos a Brasília, e o nosso 29 de abril aconteceu no 29 de novembro, pimenta, gás, violência, repressão e até alguns tiros de bala de borracha, foi desesperador. Era bomba pra todo lado, víamos gente chorando, com os olhos vermelhos, sem conseguir respirar, pessoas desmaiadas, foi um pesadelo, o pior é que enquanto lutávamos do lado de fora eles festavam do lado de dentro. Toda essa repressão não é novidade, é tão explícito em nosso país esse descaso, que não nos surpreendeu o resultado da votação realizada...A PEC passou novamente. Mas nós vamos continuar, nossa voz não vai ser silenciada, as ocupações nos mostraram força e o poder que temos, e o que eles temem. Nos mostraram na prática a força que podemos ter e o medo que eles tem dessa força. Construímos laços com pessoas maravilhosas, laços que marcaram nossa vida, e é por isso que nosso lema segue, ocupar e resistir!

## DEPOIMENTO

*“após a posse do vice Michel Temer, um caos se instalou”*

**JAQUELINE ORTIZ (3º E)**



**Agenda cultural durante o ocupaCEP**

Para se obter uma cidadania plena, é preciso que todas as esferas da sociedade cumpram com seus direitos e deveres. Porém, após a posse do vice Michel Temer, um caos se instalou, com planos terríveis para o futuro do país sendo impostos pelo mesmo e que conseguem fácil aprovação na câmara e no senado, devido à presença da bancada reacionária.

Diferente do que se costumava pensar, a juventude brasileira demonstrou grande interesse e conhecimento por política, e assumiu o protagonismo estudantil, diante da luta e contra a reforma do ensino médio e a PEC 241 -atual PEC 55-. Iniciado no Colégio Arnaldo Jansen, as ocupações desencadearam um movimento grande e organizado em todo o Paraná e em outros estados do país.

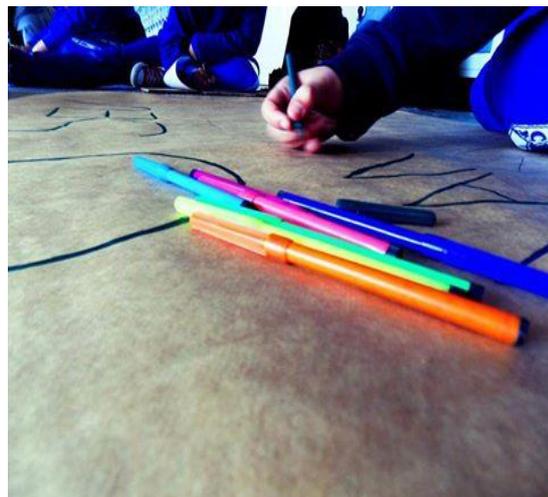
Esse movimento mostrou para o mundo que os estudantes são cidadãos efetivos, pois tem plena consciência de seus direitos e deveres, e se manifestam quando o “vice decorativo”, propôs absurdos. A reforma do ensino médio não torna matérias como sociologia, filosofia, artes e educação física obrigatórias, além de permitir a contratação de professores com “notório saber”. É inegável que as matérias de humanas são essenciais para o pensamento crítico, mas o governo quer formar apenas mão de obra barata e, principalmente, evitar que os cidadãos saibam sobre seus direitos.

Mesmos com tanto discurso de ódio, ameaças e uma mídia tendenciosa e conservadora, os estudantes resistiram até o máximo, mostrando que há esperança para o futuro político e social do Brasil.

## DEPOIMENTO

*“aprendemos de forma prática os significados de cidadania e coletividade”*

**KEISSIELY MARQUES DA SILVA (3º B)**



**Confecção de cartazes durante o ocupaCEP**

## PRIMAVERA ESTUDANTIL

O movimento estudantil se fez presente em diversos momentos importantes na formação histórica e social do país. Unidos às esferas sociais de mobilização pela defesa dos direitos dos cidadãos, principalmente da classe trabalhadora, os estudantes secundaristas foram e vão às ruas intensificando e fortalecendo movimentos.

No dia 22 de setembro deste ano, o Governo Federal anunciou a Medida Provisória 746/2016, que propõe a reformulação do ensino médio com uma série de mudanças que precarizam ainda mais a qualidade de ensino no Brasil.

Tomando conhecimento da gravidade e do sequenciamento de efeitos negativos dessas mudanças, nós, estudantes da Rede Pública de Ensino, nos organizamos e reunimos assembleias para debater e decidir formas de nos posicionarmos em defesa dos nossos direitos. Em poucos dias ocupamos as ruas em atos e manifestações e utilizamos o ambiente escolar para denunciar à população e aos demais estudantes, o desmonte no já defasado sistema de ensino brasileiro.

No dia 03 de outubro, o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, foi ocupado, marcando o início da “Primavera Secundarista”. As primeiras ocupações serviram de incentivo para que outras centenas acontecessem, o que sem dúvidas, marcou a história do movimento estudantil.

Durante todo o período em que permanecemos em nossas escolas, aprendemos de forma prática os significados de cidadania e coletividade, a cada decisão tomada, jovens de 15/16 anos exerceram a ideia de Democracia de maneira mais eficiente que o próprio Governo Federal, já que a medida interrompe e ignora as discussões que vinham sendo feitas a respeito de reformulações no sistema educacional.

Em colégios onde a infraestrutura estava altamente comprometida, alunos ocupantes encarregaram-se de pequenas reformas para melhorar as condições dos mesmos. Ações como essas, deixaram claro que o comprometimento dos secundaristas foi mais útil à restauração do patrimônio escolar, por exemplo, do que projetos que não saem do papel, ou servem apenas para desviar verba pública.

Apesar de realizarmos o movimento de maneira pacífica, enfrentamos várias formas de repressão, por meio da comunidade, da polícia e até mesmo da mídia, sofremos ameaças e em alguns casos fomos vítimas de violência física, mesmo com todas as adversidades, conseguimos manter as ocupações, de forma sutil, por mais tempo que o esperado.

Contudo, a iniciativa dos alunos secundaristas e as proporções que o movimento alcançou, nos remete a certeza de que podemos e devemos nos levantar e mobilizar contra aqueles que corrompem nossos direitos enquanto cidadãos. Não só a respeito da medida provisória, mas abrangendo os constantes ataques à constituição e os projetos que limitam o acesso aos serviços básicos que são obrigação do estado garantir.

## DEPOIMENTO

*“A implantação das medidas que não foram questionadas aos secundaristas”*

**BRUNA DE P. MOURA (3º E)**



Manifestação em Brasília dia 29/11 contra PEC 55

Está escrito na constituição que um cidadão tem o direito a participação política e a partir do momento em que esse direito é violado entra em vigor a liberdade de expressão e manifestação que permite qualquer indivíduo de manifestar livremente ideias e pensamentos sem medo de retaliação. É o que foi o que aconteceu com o caso das ocupações e protestos contra a medida provisória do ensino médio, a PEC 241, assim estando tal movimento dentro da lei.

A chamada primavera secundarista foi criticada por muitos, principalmente as ocupações nas escolas, formando uma grande rixa entre os a favor e contra. A implantação das medidas que não foram questionadas aos secundaristas, tinham como objetivo leis que privilegiavam apenas a elite da população a qual não seria afetada pelas medidas, já que seriam implantadas apenas nos setores públicos e não nos privados, mas por

conta da situação política do país, esses ironicamente são os que vetam em sua aprovação.

Logo, interferindo tais votos do governo na população secundarista, estes deveriam ter a oportunidade de votar por ela junto do senado, pois aqueles que lá decidem a aprovação ou reprovação da PEC seriam aqueles a quem lhes diz respeito, assim fazendo jus ao conceito de cidadania o indivíduo teria o direito de participação política, e esse é o caminho certo para atingir a tão sonhada democracia plena.

## DEPOIMENTO

*“um ato totalmente legítimo garantido pela constituição”*

**LEONARDO BAJERSKI (3º E)**



Oficina de Jazz durante o ocupacep

Estudantes protestam contra a reforma do ensino médio e a proposta de emenda a Constituição a PEC 241. Com a reforma do ensino médio, as principais mudanças seriam, escolas em tempo integral, ampliação da carga horária e matérias como artes e educação física se tornariam facultativas. Enquanto a PEC 241, tem como proposta o limite de gastos públicos em áreas como saúde e educação nos próximos 20 anos.

Movimentos sociais estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), são totalmente contra as propostas, alegando que isso vai arruinar com as escolas e Universidades. Assim futuramente acabando com o direito civil a educação e o acesso a saúde proposta na constituição e facilitando o setor a privatização.

Dessa maneira o movimento estudantil decidiu em forma de protesto, a ocupação em todo o país contra as propostas [PEC e MP]. Sendo um ato totalmente legítimo garantido pela constituição, onde são garantidos pelo direito civil de manifestação, de liberdade de pensamento, o direito social de buscar a igualdade, pois com isso os mais pobres vão ser os mais afetados e não poderão ter acesso a essas áreas, e os direitos políticos, por garantirem a participação popular na política, liberdade de expressão, onde esse movimento espera participar para uma melhor cidadania [...]

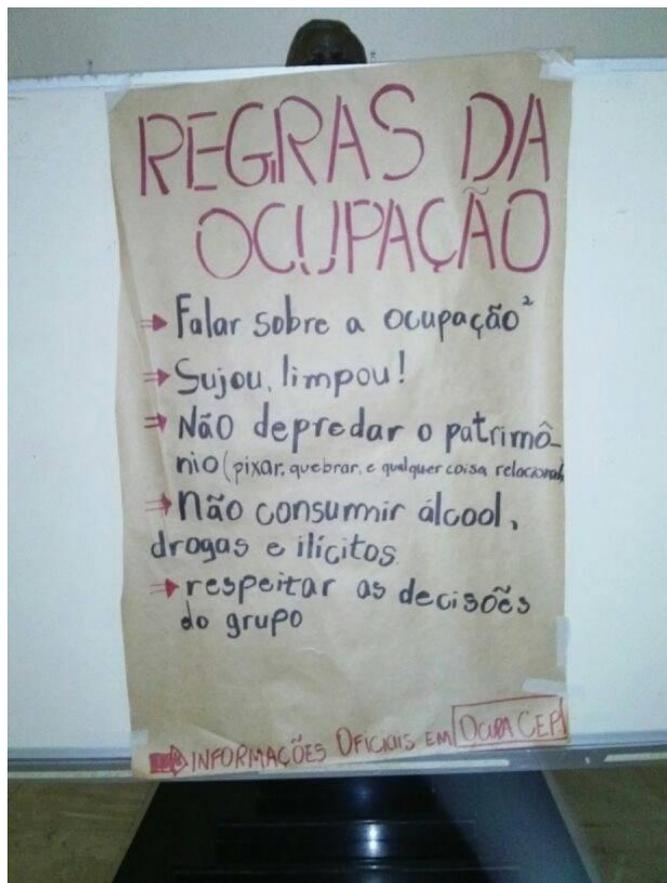
Porém, os estudantes são tratados como inimigos e ligados a partidos comunistas, sendo que não é um movimento de direita ou esquerda mas que busca melhores condições de ensino. Houve uma criminalização política, ideológica, por apoiar manifestações.

Além disso, havendo casos de ameaças aos ocupantes, casos que proibiram a entrada de alimentos nas escolas, cortes de luz e água para ocorrer uma desocupação forçada, abuso de poder policial entre diversos casos que não deveriam ocorrer. Pois as ocupações e os movimentos não tinham nada de ilegal, errado, para que isso ocorresse.

Dessa forma ocorreu uma total quebra com os direitos garantidos a qualquer cidadão, no qual os movimentos foram marginalizados, e que precisa ser contido. [...]



Primeiro colégio ocupado foi o Arnaldo Jansen em São José dos Pinhais em 04/10.



Cartaz de orientação aos ocupantes e visitantes.



Assembleia estadual de representantes de escolas ocupadas no colégio Loureiro Fernandes em Curitiba-PR, dia 26/10



Parte da delegação de estudantes secundaristas são impedidos de entrar na audiência pública sobre MP pela polícia do Congresso, 01/11



Estudante Ana Júlia em audiência no Senado sobre as ocupações do Paraná, 31/10.



Estudantes em manifestação durante a votação da PEC 55 em Brasília, dia 29/11.

# REFORMAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA O “MERCADO”: PARA ENTENDER AS RAÍZES DA MP 746

Profº Ney Jansen



Protestos de secundaristas em Curitiba-PR contra a MP 746

## O discurso histórico sobre educação no Brasil

No capitalismo a margem de manobra de um governo do ponto de vista da execução de políticas públicas esbarra nos interesses do chamado “poder público do capital”. Governos de partidos frutos de anseios populares e de movimentos sociais organizados de trabalhadores e jovens podem, se resolverem apoiar-se nesses movimentos, contrapor-se aos interesses da burguesia. Do contrário, aceitarão as regras do jogo da representação institucional deformada e governarão em conflito com os interesses da maioria do povo, correndo o risco de perder o apoio e confiança dessa maioria.

A partir dessa visão de que o Estado sempre esteve visível na formulação de políticas em prol do capital busco vincular as políticas educacionais no Brasil com o Estado enquanto “poder público do capital”. Faço inicialmente um breve histórico das políticas educacionais no Brasil.

De acordo com Plank (2001) o discurso histórico dos governos sobre educação no Brasil foi priorizar a educação primária (fundamental) e a alfabetização. Outro aspecto é a divisão escola acadêmica versus escola técnica elementar, ou escola para ricos e escola para pobres.

Durante o período colonial e imperial inexistia um sistema nacional e público de educação no Brasil.

Na década de 1920/30 intensificou-se o processo de urbanização e industrialização traduzindo-se em pressões ao sistema educacional. Neste período, surge o “Manifesto dos Pioneiros” (1932), manifesto de educadores que defendiam a implantação de um sistema público de educação de forma integrada entre o governo federal, estados e municípios.

Com o golpe militar de 1964 estabeleceu-se uma série de planos nacionais de educação voltadas como sempre para a escolarização primária. Neste período destaca-se o convênio MEC-USAID (*United*

*States Agency for International Development*), a criação do primeiro e segundo graus, a redução de 12 para 11 anos na educação básica e a redução da carga horária de disciplinas de formação mais humanística buscando uma formação voltada para o “mercado”.

O movimento estudantil denunciava este convênio pois o considerava com o objetivo de privatização do ensino público. O convênio MEC-USAID criado sem participação democrática do povo, organizou a educação de acordo com os princípios da empresa capitalista, criando o ensino profissionalizante para as classes pobres visando educar a mão de obra para as empresas e com conteúdo curricular deficiente, enquanto que as escolas privadas educavam os filhos da elite para o vestibular.

Neste período, a reforma universitária buscava também adaptar os currículos dos cursos à uma formação mais “técnica”. Ao mesmo tempo, as universidades públicas careciam de verbas o que serviu de combustão para as mobilizações estudantis no período. Os governos militares implantam a escolarização fundamental obrigatória e buscaram “profissionalizar todo o currículo” -um discurso que é retomado com o PL 6840 e a MP 746-. Manteve-se a divisão escola para pobres e escola para ricos ao mesmo tempo em que qualifica-se minimamente a mão de obra operária e se reduzia as matrículas nas universidades.

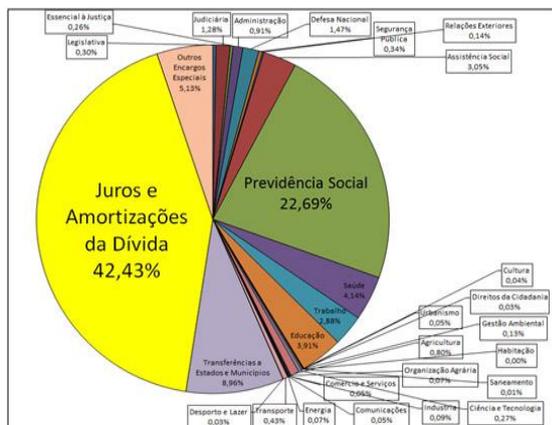
A Constituição da ditadura de 1967 autorizava dinheiro público às instituições privadas. O grande legado da ditadura civil-militar na área do financiamento da educação foi, segundo Plank (2001) a diminuição de forma significativa dos orçamentos federal, estadual e municipal para a educação. As reformas educacionais (LDB 5692/71) atribuíram aos estados e municípios à manutenção do ensino básico, porém com a deterioração da qualidade do ensino ocorreu um rápido crescimento de matrículas em instituições privadas (Plank: 2001).

Com o fim da ditadura a Constituição de 1988 estabeleceu novas regras. Priorizou-se a alocação de recursos no ensino fundamental (artigo 212, CF) com a aplicação de nunca menos de 50% dos recursos de educação nesse segmento. Pela primeira vez reconheceu-se a autonomia dos sistemas educacionais municipais e estabeleceu-se que união, estados e municípios devem gastar em educação no mínimo 18%, 25% e 25% respectivamente. Porém, o favorecimento ao capital privado também está presente na CF 88.



A retórica governamental das políticas educacionais no Brasil ao longo da história republicana focavam basicamente dois temas: universalização do acesso (séries iniciais) e fim do analfabetismo. Diversos governos militares ou civis defendiam a prioridade no ensino fundamental e/ou reduziam o seu financiamento.

Algumas políticas progressistas nos últimos anos (2003-2015) em educação como a criação do Piso Salarial Profissional Nacional dos professores, as vinculações de 75% dos royalties do pré-sal para a educação, a criação de cerca de 20 universidades públicas, esbarraram em limites aceitos pelos governos Lula e Dilma como: não questionamento da ilegal e ilegítima dívida pública que já foi objeto de questionamento por especialistas e movimentos sociais (ver gráfico abaixo) que consome cerca de 42% do orçamento federal para o pagamento de juros aos especuladores dos títulos públicos (credores), ante 4,14% em saúde, 3,91% em educação, 0,04% em cultura, 0,34% em segurança pública, a não tributação progressiva das rendas mais altas do país, bem como a não responsabilização dos calotes de bilhões por parte das empresas nos impostos e contribuições previdenciárias.



Orçamento da união em 2015. Fonte: auditoria cidadã

### Testes padronizados, responsabilização dos docentes, privatização

Diversas “reformas educacionais” nas últimas décadas estão ligadas as exigências do capital financeiro internacional.

Recentemente no México por exemplo, uma reforma educacional ditada por organismos internacionais, entre elas a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) visa padronizar e privatizar o sistema de educação pública do México. Uma repressão brutal no México ocorreu em 2016 (8 mortos e 22 desaparecidos em uma cidade, 43 desaparecidos em outra) por protestarem contra a reforma educacional do governo Peña Nieto. A referida reforma nega o direito ao emprego dos docentes, ao demitirem mais de 3 mil professores que se recusaram a fazer uma “prova” para permitir que os mesmos continuem a trabalhar.



Mobilização de educadores no México em 2016 contra a reforma educativa

No México e também no Chile reformas educacionais levaram a transferência da administração de escolas públicas para o setor privado (privatização) além dos salários de professores estarem vinculados ao desempenho de sua escola em testes padronizados nacionais (matemática e espanhol), acentuando a diferença entre escolas para “pobres” e escola para “ricos”. Dessa forma as negociações salariais não se dariam mais âmbito nacional, mas de forma regionalizada.

No Chile as universidades públicas foram privatizadas durante a ditadura de Pinochet (1973-1990). Neste país, assim como nos Estados Unidos, as universidades são “públicas, mas não gratuitas”, com cobrança de mensalidades.



Manifestação estudantil na África do Sul em 2016

Na África do Sul, esse ano, o governo anunciou aumento de 8% nas mensalidades das universidades. Dezenas de milhares de estudantes entraram em greve e saíram às ruas para dizer “Tem que acabar com a cobrança pela escolaridade”. Eles exigiam a gratuidade no Ensino Superior para todos os estudantes, conforme promessa feita há 22 anos pelos governos da África do Sul depois da queda do regime do *Apartheid*. No entanto, a única resposta do governo foi a repressão brutal. Em 28 de setembro de 2016, a polícia disparou balas de borracha sobre os estudantes, nos *campi* da Cidade do Cabo e de Joanesburgo.

Não por acaso o jornal *O Globo* (24/07/2016), jornal vinculado a interesses empresariais e apoiador do golpe parlamentar contra a presidente Dilma escreveu editorial com o seguinte título: “*Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito*” posição que encontra apoiadores no governo de Michel Temer e no MEC.

## Eixos e diretrizes para a educação: a visão “pró-mercado” nos anos 1990

Em 1990 ocorreu na Tailândia a “Conferência Mundial Educação Para Todos”, patrocinada pela ONU. Essa Conferência é a mãe de quase todas as reformas educacionais dos anos 1990 aos dias atuais: os eixos dessa Conferência defendem a “redefinição do papel do Estado”, a “constatação” de que o Estado é “ineficiente” pois “nem sempre vai ter dinheiro”. A conclusão deste documento era: “otimizar recursos” para a melhor educação “possível”, propondo “arregaçar as mangas”, com muita participação, força, determinação, muita “ação e realismo” via...investimentos do setor privado na educação.

Na declaração da Conferência Mundial Educação Para Todos lançaram-se eixos sintonizados com os interesses do capital financeiro internacional. Não se trata de transformar as relações sociais, ou de uma educação crítica, emancipatória. Trata-se de “nos adaptarmos ao mundo”.

Associado a isto incentivam-se ONG’s “públicas não estatais”, educação à distância, voluntariado, rebaixamento dos conteúdos programáticos em prol de “competências” e “habilidades”, a priorização do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino, “autonomia financeira e de gestão” e a criação de Fundos que não resolvem o fundo da questão. O artigo 42º da Conferência é bem significativo. Propõem-se reduzir o peso da dívida nos países pobres –mas não o fim dela-, “otimizando os recursos” via “ajuste estrutural”, o nome do mesmo mecanismo imposto pelos organismos financeiros internacionais para se privatizar o patrimônio público dos países e o corte de gastos sociais.

A partir dessas diretrizes, como verificar o seu impacto nas políticas educacionais no Brasil nos anos 1990 e 2000? A “Conferência Mundial Educação Para Todos” inaugura a política patrocinada pelo Banco Mundial de priorização sistemática do ensino fundamental e da defesa da relativização do dever do Estado com Educação (Pinto: 2002).

Oliveira (2009) destaca o lançamento de ações na bolsa de valores de vários grupos educacionais - Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Grupo Pitágoras, Estácio de Sá, Sociedade Brasileira Educacional-, com ações compradas por estrangeiros. Além disso, ocorreu um amplo processo de concentração de capital com características de oligopolização, com aquisições de centenas de faculdades privadas por esses grandes grupos em diversas regiões do país. Oliveira apresenta dados que, em 2001, o setor privado movimentava R\$ 10 bi, chegando em 2008 a R\$ 90 bi.

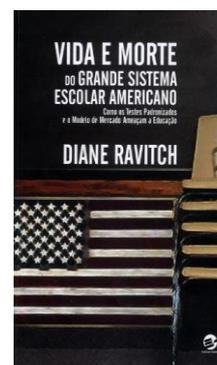


No Brasil, desde os anos 1990 intensificou-se a adoção de uma perspectiva “gerencialista-empresarial” na educação pautado e controlado cada vez mais à distância, um distante cada vez mais presente, por agências internacionais “desinteressadas”.

É o professor que passa a ser avaliado e responsabilizado pelos “fracassos educacionais”. A unidade escolar passa a ser identificada, gerando humilhações, com a publicação e a fixação de placas nas portas das escolas (como chegou a propor na redação do PNE o senador Álvaro Dias) com o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

As reformas educacionais no México, no Chile, no Brasil, são pautadas por interesses empresariais. Um discurso comum emerge: foco na avaliação e responsabilização dos agentes escolares. Na ótica da reforma educacional empresarial a tradução é pressão sobre escolas, professores, alunos, apostilamento dos conteúdos por sistemas de ensino de grandes corporações em escala nacional.

Uma pesquisadora estadunidense lançou interessante livro (2011) sobre os impactos desse sistema nos Estados Unidos. O livro chama-se “*Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados nacionais e o modelo de mercado arruinaram a educação*”. O sugestivo título mostra a aplicação do programa *No Child Left Behind* nos Estados Unidos em 2001, baseado nos testes padronizados e demais políticas de avaliação. Neste modelo a pesquisadora mostra o evidente o papel das corporações, de grupos e famílias de milionários e fundações que passaram a querer “ajudar” a resolver o problema das escolas.



Capa de livro de Diane Ravitch

As críticas a esse projeto feitas pela pesquisadora Diane Ravitch (2011), foram que este levou ao empobrecimento curricular em virtude de se privilegiar algumas áreas nos testes em detrimento de outras, a identificação da produção de materiais didáticos direcionados para atender os objetivos dos exames, a políticas deliberadas para se melhorar o fluxo (facilitação de formas de aprovação), a aplicação de salários dos profissionais condicionadas as bonificações vinculadas a esses testes.

Porém, em países como a Finlândia, aboliu-se os testes padronizados nacionais por não terem relevância alguma na verificação da aprendizagem, os professores possuem uma jornada bem menos desgastante com 21 horas por semana em sala tendo muito mais tempo para cumprir suas obrigações com o ensino -seja no planejamento individual ou coletivo-. Uma experiência oposta a tendência mundial verificada no Brasil, Estados Unidos, México, Chile, citados aqui.

Um conjunto de propostas e documentos foram feitos pelo governo Dilma tais como o “Pacto pela reformulação do ensino médio”, a nova proposta sobre Base Curricular Nacional Comum e o documento “Pátria Educadora” (esse formulado pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE).

O documento lançado em abril de 2015, *“Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”*, elaborado na SAE utilizava o termo “**ensino básico**” e não “educação básica”.

A mudança nos termos não era gratuita, sinalizava uma intencionalidade em se diluir, esvaziar conteúdos, voltados para uma formação em “**habilidades e competências**”, adaptada a **testes padronizados nacionais e internacionais**, com o evidente interesse de setores do “mercado” em produzir materiais didáticos, na privatização de escolas.

Dizia o documento “Pátria Educadora” (página 09): *“Os diretores de escolas com desempenho insatisfatório receberiam apoio e orientação. Em último caso, seriam afastados e substituídos”*. Quaisquer semelhanças com as políticas do governo Beto Richa de não é mera coincidência sobre a exigência de cumprimento de “metas”.

O documento “Pátria Educadora” do governo Dilma propunha criar uma nova “vanguarda pedagógica”. O documento assumia o **PISA** (ranqueamento internacional) da OCDE (um grupo empresarial) como base de julgamento e avaliação da educação brasileira.

A política de ranqueamento de escolas e sistemas educacionais que exige resultados desconsiderando o processo-meio ou o financiamento. A ideia é “ir bem nos testes” essa era a proposta “inovadora”. O documento (páginas 05 e 06) dizia:

*“Nosso ensino é tradicionalmente pautado por enciclopedismo raso e informativo” (...) “A interpretação de textos exemplifica o problema.” (...) “Precisamos de ensino que use o aprofundamento seletivo” “como palco para a aquisição de capacitações analíticas, direcionadas às habilidades centrais de análise verbal e de raciocínio lógico”*.

Ou seja, a ênfase em algumas disciplinas (português e matemática basicamente) quebrando a isonomia e ainda, eliminando disciplinas “indesejáveis” pareciam (ou parecem?) ser as perspectivas.

O documento fazia referência ainda um Cadastro Nacional de Alunos, com o objetivo de facilitar a individualização do ensino (melhores versus fracassados?). Vale dizer: para que se possam tomar medidas de apoio aos alunos com baixo desempenho e também em relação aos alunos de maior desempenho, admitindo estes últimos em programas e escolas de referência. O documento “Pátria Educadora” dizia que estes alunos “concorrerão” para serem admitidos nas escolas de referência chamadas “Escolas Anísio Teixeira”, destinados a “alunos brilhantes”. Tal proposição era e é inaceitável. “Ilhas de excelência” para alunos “destaque” e escolas “mais ou menos” para os “não excelentes”? Um elitismo liberal inaceitável!

A concepção descrita acima, que demonstrava de forma clara a aceitação das exigências do “mercado” fazia-se presente no governo Dilma. E era objeto de críticas dentro dos movimentos sociais que apoiavam ou chamaram voto na presidente.

A visão pró-mercado, pró ranqueamento, pró currículo voltado ao ensino “básico” é a base para entendermos o PL 6840/13 e a MP 746.

### **Do PL 6840 a MP 746**

Antes da MP 746 do governo Temer, discussões no interior do MEC, durante o governo Dilma já eram feitas. A “Comissão Especial para a Reformulação do Ensino Médio” presidida pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) discutia um Projeto de Lei (6840/13) que tinha como objetivo alterar a LDB 9.394/96.

Na sua justificativa, o **projeto 6840** explicava *“a partir da constatação, inclusive por meio dos resultados das avaliações nacionais e internacionais, de que o atual modelo está desgastado com altos índices de evasão e distorção idade/série” e que “há necessidade de readequação curricular do ensino médio de forma a torná-lo atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho”*.

O “consenso” seria que *“o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado e com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não*

*reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos”.*

O problema do ensino médio é que ele teria “muito conteúdo”?

Mas o objetivo da escola não é a difusão de conteúdos acumulados nas diferentes disciplinas do conhecimento? É nela que, através dos professores, aprendemos os conteúdos estabelecidos com métodos de aprendizado. Dessa forma, escola pública, através de um currículo nacional, firma-se como um pilar constitutivo da nação.

Durante as discussões da **Base Nacional Curricular Comum** (BNCC) em 2015 durante o governo Dilma, diversas críticas foram feitas por profissionais da educação sobre a diluição do currículo nas áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Tal modelo nega o direito ao conhecimento dos conteúdos de cada disciplina, em nome de ensinar os estudantes a “aprenderem a aprender”, a serem “espertos”. São ideias baseadas nas recomendações da “**Conferência Mundial sobre Educação para Todos**”, da ONU, 1990.

A proposta do PL 6840/13 -incorporada pela MP 746- do “novo ensino médio” dividido em áreas do conhecimento possui muitos questionamentos. Sob o argumento de um ensino médio mais atraente, de combate à evasão, leva-se ao esvaziamento das ciências de referência (epistemologia), ou rebaixamento curricular.

Em nome de certas “habilidades” e “competências” levanta-se uma série de questionamentos, entre eles o porquê da prevalência de uma disciplina (matemática) sobre outras (diluídas em áreas). A interdisciplinaridade pressupõe disciplinas que, por sua vez, expressam os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

A reflexão sobre organização do tempo e espaço escolares não necessariamente devem envolver um esvaziamento de conteúdos, com um ensino voltado para certas “habilidades” e “competências” orientadas para desempenhos em avaliações institucionais nacionais e internacionais (os tais testes) que buscam jogar nas costas do trabalhador em Educação a responsabilidade pelas mazelas do sistema público de ensino.

O projeto 6840 (deputado Reginaldo Lopes) bem como a MP 746 (governo Temer) propõe implantar a **escola integral** ampliando a jornada de estudo. Em tese, é uma proposta correta, mas só funcionará com mais verbas. Pois escolas sem professores, funcionários e estrutura se transformará em um depósito de estudantes.

Em alguns lugares do Brasil, onde se implantou escola integral houve fechamento das turmas noturnas, onde os estudantes que trabalham foram empurrados para estudar longe de suas casas. Portanto, para uma escola integral é preciso ter todos os recursos necessários a começar da aplicação da Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério pelos estados e municípios (que será abolida com a PEC 55 do teto dos gastos) com concursos para professores efetivos e investimentos na infraestrutura das escolas.

Hoje, a maioria das escolas depende dos recursos de taxas cobradas de pais e estudantes para fazer sua manutenção. A escola integral, para ser aplicada, exige amplos equipamentos poliesportivos, bibliotecas, laboratórios e espaços culturais. E o principal, valorização dos professores. Mas nada disso estava previsto no projeto 6840, nem na MP 746.

Outro ponto a destacar, dizia respeito à pretensão do PL 6840 em estabelecer que somente jovens com mais de 18 anos poderão cursar o ensino médio noturno. Tal proposta, além do desconhecimento das dificuldades das famílias e das juventudes brasileiras –a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho– suprime a alternativa desse jovem já trabalhador, de estudar à noite, ao mesmo tempo que constringe os maiores de 18 anos que podem estudar durante o dia.

### **A medida provisória e a reação estudantil**

O novo governo de Temer -resultado de golpe político- impõe, sob forma de MP, no dia 22/09/16 uma reforma de viés privatista do Ensino Médio, alegando que um “debate” já havia sido feito na sociedade.

Estudantes do Paraná ocuparam cerca de 850 escolas contra essa reforma imposta por uma MP. O movimento do Paraná ganhou repercussão nacional e até na imprensa estrangeira. Em outros estados ocupações também ocorreram mas sem a amplitude do Paraná. Infelizmente e inexplicavelmente direções das entidades estudantis nacionais (UBES) e de professores (CNTE) não chamaram uma greve nacional unificada pela retirada da MP, apostando exclusivamente em pressões parlamentares. Após o fim das ocupações dos secundaristas que foram ao limite do esforço, ocupações de mais de 200 universidades no Brasil ganharam corpo contra a MP e também a PEC 241 de congelamento de gastos por até 20 anos.



**Cena de manifestação secundarista em Curitiba-PR**

Medida provisória (MP) é um ato unipessoal do presidente da República, com força imediata de lei, sem a participação do Poder Legislativo, que somente será chamado a discuti-la e aprová-la em momento posterior. Este projeto propõe a alteração da LDB 9394/96. No momento em que este artigo foi escrito a MP foi aprovada (30/11) em comissão mista no Congresso com cerca de 500 emendas e será enviada ao plenário das duas casas. Não faremos a análise detalhada das emendas aqui neste espaço.

### **Analisando a MP 746**

O ensino médio no Brasil é dividido em 03 anos com 800 horas aula anual de carga horária mínima, perfazendo 2400 horas aula no ensino médio.

A MP 746 inicia com a seguinte redação: “A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, observadas as normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidos no Plano Nacional de Educação.” (grifos meus).

Mas, no artigo 36, § 6º está dito: “A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e duzentas horas da carga horária total do ensino médio (grifo meu) de acordo com a definição dos sistemas de ensino”.

A redação da MP que estabelece apenas 1200 horas aulas da base curricular comum propõe a inclusão de “**Itinerários Formativos Específicos**” (estes definidos pelos sistemas de ensino) chamada de “**Formação Técnica e Profissional**” (a 5ª área), abre espaço da escola pública para Sistemas privados como Sistema S (SENAC, SENAI, SESI) na formação tecnicista da mão de obra esperada pelas empresas vinculadas a estes sistemas. Trata-se da esperada formação aligeirada (rápida) para o “mercado”.

Essa perspectiva já estava prevista no PL 6840/13 citado anteriormente e que levou a posicionamentos contrários de sindicatos (como a APP-Sindicato) e de pesquisadores como os do NESEF (Núcleo de Estudos do Ensino de Filosofia) da UFPR.

Além disso, **a redução de 2400 para 1200 horas** nas disciplinas da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) significa a redução de todas as disciplinas da grade curricular com redução de aulas para os professores efetivos e até a não disponibilidade de aulas para professores temporários (PSS), aulas extraordinárias e possivelmente até os efetivos.

No relatório (página 13) das emendas apresentadas a MP 746 aprovadas em comissão no dia 30/11, apresentou-se a proposta de 60% da carga

horária total do ensino médio ser destinada as disciplinas da BNCC, o que evidentemente mantém o rebaixamento curricular e a obrigatoriedade apenas de matemática, língua portuguesa e língua inglesa.

As disciplinas de **Educação Física e Arte** foram, na MP, suprimidas de forma sumária. A comissão mista no Congresso as reapresentou de forma “**opcional**”.

**Excluiu-se a obrigatoriedade de Sociologia e Filosofia nos três anos** do nível médio (estas podem ser ofertadas em um módulo de 6 meses ou de forma “transversal”, por exemplo).

Na verdade, TODAS as disciplinas são afetadas pela MP com a redução drástica seja de 2400 para 1200 horas -ou apenas 60% de disciplinas da BNCC-.

A diluição das disciplinas em **05 “áreas de conhecimento”** leva ao questionamento sobre o abandono da especificidade da epistemologia de cada ciência. Além disso, o modelo por “área” significará, por exemplo, que professores de química, biologia e física vão ter que entrar na mesma fila para disputar as vagas de professores de “ciências de natureza”? O mesmo acontecerá com professores de história, geografia, sociologia e filosofia que vão para a fila das vagas de “ciências humanas”? Ou as disciplinas serão extintas?

Ao se reduzir a carga horária da BNCC caberia ao professor escolher o que deixar de fora do currículo de 03 anos! Um descarado rebaixamento curricular!

Durante a aprovação no dia 30/11/16 das emendas a MP que irão ao plenário, faço aqui o destaque do argumento do relator para rejeitar uma emenda que propunha a manutenção da obrigatoriedade da sociologia e da filosofia nos 3 anos:

*“No espírito da reforma pretendida, acreditamos que a esfera da BNCC é a mais adequada para a inserção de componentes curriculares ou temas transversais. A construção de currículos deve ser feita no âmbito do CNE, a fim de que se constitua uma diretriz orgânica, capaz de responder aos anseios e necessidades de formação para o século XXI. Assim, não vislumbramos a necessidade de inscrever em lei a obrigatoriedade deste ou daquele componente curricular, em detrimento de outros e em prejuízo da flexibilidade e da articulação interdisciplinar entre os saberes. Rejeitada. (Parecer das emendas a MP 746, relator senador Pedro Chaves, página 30) [grifos meus].*

Ou seja, a nova versão de ensino médio, se aprovada, abre portas para a liquidação das disciplinas, dos saberes científicos, em nome de uma perspectiva “transversal”, “flexível”.

De acordo com a MP, os sistemas de ensino **não precisam ofertar todas as 05 áreas, podendo ofertar apenas mais de uma se assim quiserem!** Um verdadeiro desmonte do direito ao acesso ao

conhecimento científico e filosófico da humanidade, a formação integral e integrada prevista hoje nos projetos políticos pedagógicos de muitos colégios como o CEP.

Essa MP transforma o ensino médio em um “**sistema de créditos ou módulos ou disciplinas com terminalidade específica**”, de forma descontínua (não precisa ser mais anual). Significa dizer que a formação não será mais anual e cada sistema de ensino privado pode oferecer módulos de formação técnica. Entidades “credenciadas” pelo MEC poderão ofertar “horas” para serem substituídas e validadas no currículo.

A MP permite ainda o absurdo da “**validação**” de créditos no ensino superior, ferindo a autonomia universitária, e criando equivalências onde não existe. Isso abre espaço para a oferta de quaisquer tipos de cursos, de quaisquer natureza ou qualidade duvidosa

Vale ainda ressaltar que os trabalhadores em educação, segundo a MP, podem ser “*profissionais com notório saber reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação*”. Tal proposição significa o desmantelamento de cursos, diplomas, carreiras, a existência de concursos públicos e a dispensa da necessária formação específica.

Disto, destacam-se três aspectos importantes da reforma: **1 - a privatização da escola pública, 2 - o desmonte e a precarização do currículo** (impactando sobre a fragmentação total das turmas de alunos do Ensino Médio) e **3 - a desprofissionalização do educador**.

O Ensino Médio proposto em tempo integral (também proposto pelo PL 6840), não busca responder os atuais problemas enfrentados pelo ensino público brasileiro como a péssima estrutura das escolas, desvalorização e carência de professores e funcionários.

Outro problema refere-se aos recursos necessários para garantir mudanças, em um momento em que o governo Temer busca cortar investimentos em áreas sociais através da PEC 241 e PL 257, que congelam os investimentos pelos próximos 20 anos para se destinar verbas para o pagamento da dívida pública. Além disso, **segundo redação da MP 746 os investimentos do governo federal aos estados ocorrerão no máximo nos próximos 4 anos**, depois disso as redes estaduais terão que se virar e bancar recursos para as “novas escolas”: um caminho aberto para a privatização das escolas.

A MP possui vinculação direta com a PEC 241, que congela investimentos por até 20 anos, congelando salários, desmantelando serviços públicos, como exigência do “mercado”, do capital financeiro, que quer impor uma política de ajuste fiscal e que mantém os interesses dos credores, especuladores da dívida pública que consomem e drenam boa parte dos orçamentos. A

política de redução de investimentos da PEC adequa-se a redução de horas do ensino médio.



Fotografia de palacianos com bombas ao fundo no dia de votação da PEC 55 no Senado

A MP e todas as posições do governo ilegítimo de Temer expressam uma concepção de Estado mínimo para o público e máximo para o privado, dada às suas articulações com os empresários pela retirada ou precarização de direitos trabalhistas e sua total desvinculação e descompromisso com a classe trabalhadora. O que está em pauta no congresso não é a urgência da reforma do Ensino Médio, mas a necessidade de **atender o compromisso com as grandes empresas e empresários**. Tem-se aí um alinhamento entre a mídia, o judiciário, o legislativo, o executivo com o capital nacional e estrangeiro.

É contra a **privatização da escola pública**, contra o **viés pró-mercado** da reforma, contra o **autoritarismo da MP**, contra o **rebaixamento do currículo** com a supressão ou enxugamento das disciplinas fundamentais para a formação humana que estudantes, professores, sindicatos, pesquisadores comprometidos com a defesa da escola pública mobilizaram-se de forma contrária ao conteúdo desta MP.

## Referências Bibliográficas

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A Avaliação Escolar: características e tensões**. In Cadernos de Educação. Políticas Educacionais em Debate. Ano XVIII. Nº 26, janeiro-junho de 2014. CNTE.

ARAÚJO, Raimundo Luiz. **Financiamento da Educação Básica no Governo Lula: Elementos de Ruptura e de Continuidade com as Políticas do Governo de FHC**. Dissertação de mestrado em Educação. UNB. 2007.

Link: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2958>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PROJETO DE LEI 6840/2013**. Redatores: Deputados Reginaldo Lopes e Wilson Filho.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação**. (CONAE), 2010. Documento final. MEC. Governo Federal.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016**. Governo Federal.

BRASIL. **Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional**. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Governo Federal. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer das Emendas a MP nº 746**. Relator: senador Pedro Chaves.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In. A finança mundializada. Boitempo. São Paulo. 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Base nacional e autonomia do professor**. Blog Avaliação Educacional-Blog do Freitas. 09/10/2015.

Link:<http://avaliacaoeducacional.com/2015/10/09/basenacionaleautonomiadoprofessor/>

----- **Os reformadores empresariais na educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Currículo e Projeto Político Pedagógico: implicações na gestão e no trabalho docente**. In Cadernos de Educação. Políticas Educacionais em Debate. Ano XVIII. Nº 26, janeiro-junho de 2014. CNTE.

IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD), 2011**. Governo Federal.

KRAWCZYK, Nora Rut e VIEIRA, Vera Lúcia. **A Reforma Educacional no México e no Chile: apontamentos sobre as rupturas e continuidades**. *Educar*, Curitiba, n. 22, p. 77-98, 2003. Editora UFPR. 2003.

NESEF (Núcleo de estudos e pesquisa sobre o ensino de Filosofia-UFPR). **Manifesto do NESEF contra o PL 6840**.

Link:<http://www.nesef.com.br/paginas.php?noticia=manifesto-do-nesef-contra-o-pl-6840>

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. (2009). **A transformação da educação em mercadoria no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

ONU. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (I) e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (II)**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 108-135

PLANK, David. **Política Educacional no Brasil**. Artmed. Porto Alegre. 2001.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro. 1995.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado arruinaram a educação**. Sulina. Porto Alegre. 2011.

# AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS E A RESISTÊNCIA AS MEDIDAS DO GOVERNO FEDERAL

**RODRIGO TOMAZINI, funcionário agente II**



Desde que assumiu o governo através de um golpe parlamentar o presidente Michel Temer - apoiado por Rodrigo Maia (DEM) na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros (PMDB) no Senado além dos grandes representantes do capital como, por exemplo, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIEP), Rio de Janeiro (FIERJ), Agronegócio, Bancos e Meios de Comunicação – vem anunciando uma série de ataques aos trabalhadores e seus filhos.

Para agradar o sistema financeiro e garantir o superávit primário o governo aprofunda o processo de recolonização brasileira que reserva ao nosso país a tarefa de mero exportador de produtos primários (commodities) e plataforma para as multinacionais exportarem para a América Latina, tendo seus lucros remetidos ao exterior.

Os economistas da burguesia de plantão e charlatões em geral dizem que o Brasil quebrou e que é preciso tornar o país mais atrativo para os investimentos. Bradam aos quatro cantos que é necessário um “remédio amargo”; é preciso privatizar tudo, tornar as leis trabalhistas mais “flexíveis”, parar de gastar, tornar a mão de obra mais eficiente. O problema da crise é imediatamente jogado nas costas dos trabalhadores e da juventude. Dizem que os salários são muito altos, trabalhamos pouco e ainda nos aposentamos cedo demais. Isso tudo garante que os 0,9% dos mais ricos detenham até 68,49% da riqueza total do país.

Para garantir a acumulação de riquezas em períodos de crise os representantes da burguesia se utilizam de todos os métodos possíveis. É importante ressaltar que o governo Dilma (PT) também desferiu uma série de ataques aos trabalhadores, mas a burguesia sempre quer mais. Foi para isso que Temer foi colocado como presidente.

Logo no início de seu mandato anunciou uma série de privatizações. Colocou em prática a proposta de

Dilma do Projeto de Lei Complementar 257. Foi além e lançou uma proposta de alteração da Constituição limitando por até 20 anos os investimentos públicos, a PEC 241; encomendou uma Reforma da Previdência aumentando a idade de aposentadoria e contribuição e encaminhou por Medida Provisória uma Reforma do Ensino Médio que ataca brutalmente a educação pública, os estudantes e os trabalhadores em educação. Essa Reforma foi a gota que faltava para o copo transbordar. E transbordou...

O sentimento de indignação e a necessidade de lutar vieram à tona. Acabou a paciência! Os trabalhadores começam a discutir a necessidade de uma greve geral, porém, nem todas as direções estão dispostas a isso. As centrais batem cabeça. Os estudantes mostram o caminho. Mais uma vez o Paraná se torna o epicentro das lutas. No dia 03 de outubro o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen em São José dos Pinhais é ocupado. Após essa ocupação uma série sacode o Paraná chegando a seu ápice com aproximadamente 900 escolas ocupadas.

Essa atitude dos estudantes torna-se exemplo para outros estados que começam a ocupar ampliando a pauta para a luta contra todos os ataques e envolvendo não só os secundaristas, mas também os universitários ocupando universidades e institutos. No dia 17 de outubro a educação básica do Paraná entra em greve fortalecendo a luta contra os ataques.

Os estudantes secundaristas do Paraná demonstraram muita capacidade de organização. As oficinas e os debates organizados diariamente nas ocupas trouxeram o domínio e a amplitude dos ataques organizados pelo governo, além de ampliar a forma de ver o mundo e de se inserir nele como seres transformadores demonstrando qual deve ser realmente a reforma da educação. E os debates não ficaram somente na educação, se estendem a que tipo de sociedade os filhos dos trabalhadores e seus pais precisam.

Os debates tomavam corpo a cada dia, as manifestações de rua também, a logística de garantia de mantimentos funcionou muito bem, a solidariedade entre os estudantes das diversas escolas e também entre os trabalhadores mostrou que é possível a unidade entre o movimento dos trabalhadores e o movimento estudantil. É possível e necessário unificar as lutas. As várias noites e madrugadas lutando contra a raivosa direita que não se conformava com a luta contra seus planos e tentava desocupar as escolas a todo custo mostrou que temos que debater seriamente a questão de segurança em nossos movimentos. Eles também não estão para brincadeira.

Os estudantes fizeram sua parte e fizeram muito bem. Deram um grande exemplo ao Brasil e ao mundo. Demonstraram que também aprenderam muito com o 29 de abril e que estão dispostos a resistir sem titubear um só segundo. Organizaram coletivos, cordões,

reuniões estudantis reapareceram e a luta está sendo pautada com entusiasmo. Ocuparam Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Núcleos de Educação. O governo Temer sentiu a força desse movimento. Mas só os estudantes não bastam.



“Aula na rua” protagonizada pelos estudantes

A categoria dos trabalhadores em educação não unificou a luta. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) não chamou a greve geral, o que naquele momento seria mais uma arma para golpear o governo e, ao mesmo tempo, fortalecer as ocupações. As centrais sindicais foram incapazes de acordar uma data em comum. Por fim, no dia 31 de outubro a greve dos educadores é encerrada jogando um balde de água fria nas ocupações e na tentativa de uma unidade na luta. Os dias nacionais de greves, paralisações e mobilizações foram fracos e mostraram novamente que nem todos estão dispostos a construir.

O PLP 257 é negociado com os governadores e é aprovado. A PEC 241 é aprovada com folga em primeiro e segundo turno na Câmara dos Deputados, vai ao senado com o nome de PEC 55 e também é aprovada com facilidade. A voracidade da burguesia é tanta que o governo manda reprimir brutalmente mais de 30 mil estudantes e trabalhadores que se manifestavam em frente ao Senado. Bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de borracha, cassetetes, cavalaria e helicópteros provam que não é somente Beto Richa (PSDB) que assume o risco de matar para garantir seus ataques. Essa é a lógica do capital.

Assim como os lutadores do 29 de abril, os manifestantes do 29 de novembro lutaram bravamente com todas as suas forças e enfrentaram de cabeça erguida a brutalidade do Estado. Agora não eram somente paranaenses. Lutadores de norte a sul do país estiveram lado a lado para defender seus direitos. E saíram do campo de batalha com uma única certeza. Só a luta muda a vida!

Parabéns aos estudantes! Parabéns aos trabalhadores que entenderam a necessidade da luta unificada! Precisamos avançar muito mais e o faremos, pois como diz uma música de uma banda que gosto muito: O futuro nos pertence!



Manifestação contra PEC 55 em Brasília



Assembleia estadual de escolas ocupadas em Curitiba-PR foi um dos pontos altos da organização estudantil

# RETORNO AO SÉCULO XIX?

PROF<sup>a</sup> ELIANA M. DOS SANTOS



Bombas e repressão durante votação da PEC 55

Está em pauta no Congresso Nacional cerca de 70 projetos de leis que retiram direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Importante lembrar que os direitos trabalhistas foram duramente conquistados ao longo dos últimos séculos, estes projetos representam um retrocesso ao século XIX.

**Projetos que promovem a terceirização sem limites:** PL 4302/1998 de autoria do Executivo, PLS 87/2010 (Eduardo Azeredo PSDB/MG) e PL 4330/2004 (Sandro Mabel PL/GO) aprovado em abril do ano passado, encontra-se no Senado como PL 30/2015 pronto para ser votado.

No Brasil a terceirização é limitada a atividade meio, significa que atividade fim da empresa seja ela pública ou privada não pode ser terceirizada. Com esta lei tudo pode ser terceirizado, isso significa precarização nas relações de trabalho, baixos salários e péssimas condições de trabalho. E como o objetivo da empresa terceirizada é o lucro, consequentemente baixos investimentos em qualificação e segurança, ocasionando maior risco de acidentes de trabalho, serviços prestados com baixa qualidade. No setor público o Estado pode ofertar o serviço público mas, quem executa vai ser uma terceirizada, contratada pelo Estado, transferindo responsabilidade e proporcionando lucro para o capital privado.

**Redução do início da idade laboral de 16 para 14 anos:** Projeto de Emenda Constitucional - PEC 18/2011 (Dirceu Sperafico PP/PR), projeto que altera a Constituição Federal. O Art. 7º da Constituição proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de 16 anos. Salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, limitando a jornada máxima de 4 horas, conciliando aprendizado e estudo. A aprovação desta PEC significa limitar a possibilidade dos jovens da classe trabalhadora de avanços nos estudos, vão ingressar no mercado de trabalho sem proteção e com poucas chances de mobilidade social.

Outros **projetos acabam com a negociação coletiva, propondo negociação direta entre empregador e empregado**, a exemplo do PL 427/2015 (Jorge Corte Real PTB/PE) e PL 8294/2014 (Fabio Ramalho PV/MG). Retrocesso na história de organização da classe trabalhadora, da luta coletiva, dos avanços em relação a pisos salariais entre outras conquistas. Incentivam o individualismo, transformando a classe trabalhadora de pessoa física em pessoas jurídicas, prestadores de serviços, arcando com ônus e bônus do poder de negociação individual. Situação que piora com os PL 7549/2014 (Gorete Pereira PR/CE) que **impede o trabalhador de ir a justiça reclamar por indenizações** que tenham sido objeto da rescisão contratual. Projeto que altera os artigos 477 e 652 da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

Há ainda **projetos que dão prevalência do negociado sobre o legislado**, como o PL 4193/2012 (Irajá Abreu PSD/TO), PL 7341/2014 (Diego Andrade PSD/MG) e PL 1463/2011 (Silvio Costa PTB/PE). Ou seja, o que foi negociado seja pelo sindicato ou individualmente, é o que vale, mesmo que inferior a Constituição Federal, CLT ou Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Outros **decretos legislativos – PDC** sustam normas regulamentadoras, duramente debatidas e regulamentadas como PDC 1408/2013 (Silvio Costa PSC/CE) e PDC 43/2015 (Senador Cássio Cunha Lima PSDB/PB) que sustam NR-12/MTE que trata de **segurança no trabalho** em máquinas e equipamentos. E o PDC 1358/2013 (Domingos Savio PSDB/MG) susta NR-15/MTE que regula **atividades sob céu aberto**. A NR 15 regulamenta tempo de descanso conforme a atividade leve, demorada ou pesada e a intensidade do calor medida conforme o Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo – IBUTG, sem este tempo de descanso muitos trabalhadores podem morrer de exaustão.

Nesta lógica de suspensão está também o PDC 1615/2014 (Laercio Oliveira SD/SE) que susta a Instrução Normativa Regulamentadora – INR 114/2014 e INR 18/2014 do MTE que **disciplinam a fiscalização do trabalho temporário**. Do mesmo autor o PL 3785/2012 que regulamenta **o trabalho intermitente por dia ou hora**. O que pode favorecer uma jornada exaustiva, trabalho ininterrupto conforme a demanda do empregador. Nesta lógica, outros projetos estabelecem a **jornada flexível de trabalho** como PL 2820/2015 (Goulart PSD/SP e Rogerio Rosso PSD/DF) e PL 450/2015 (Julio Delgado PSB/MG) que estabelece simples trabalhista criando categorias de trabalhadores com menos direitos.

Na contramão da campanha “Trabalhar Menos, para que todos trabalhem” – redução da jornada de trabalho sem redução de salários, proposta das centrais sindicais, como CUT, FS, CGT, Nova Central, entre outras, que já realizaram diversas campanhas, e

marchas em Brasília. Está o PL 5019/2009 (Júlio Delgado PSB/MG) **propõe a redução da jornada com redução de salários**. E a perversidade persiste no PL 6906/2013 (Senador Rodrigo Rollemberg PSB/DF) que propõe **consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores**. Ou seja, o trabalhador poderia ser escalado a cada dia por um participante, sendo explorado ao máximo por cada empregador. Este projeto já foi rechaçado pelo Ministério Público do Trabalho–MPT, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Associação Nacional dos Magistrados - Anamatra, DIEESE, DIAP, CUT entre outros.

E os retrocessos não param há três projetos PL 3842/2012 (Moreira Mendes PSD/RO), PL 5016 (Tasso Jereissati PSDB/CE) e PLS 4321/2013 (Romero Juca PMDB/RR) que **propõem mudanças no conceito de trabalho escravo e análogo ao escravo**. Em 2015 os projetos estavam em regime de urgência, mas, foram retirados de pauta, por conta da repercussão negativa principalmente na audiência pública realizada em dezembro de 2015.

Fica evidente que muitos ainda não aceitaram a abolição da escravatura, trabalho escravo ou análogo à escravidão devem ser abolidos e não regulamentados. Assim também a polêmica em relação a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. Percebe-se um legislativo conservador, retrógrado, representando uma elite empresarial, latifundiária, ou seja, defendendo o interesse da classe patronal.

Mas, a situação para classe trabalhadora, tende a piorar, ainda mais, com a redução do papel do Estado, presentes nos PLS 4567/2016 (Senador José Serra PSDB/SP), aprovado em outubro deste ano, **que retira a exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal**. Um retrocesso ao regime de partilha Lei 12.351/2010, que instituiu a Petrobrás como participante obrigatória e operadora com 30% de qualquer bloco, garantindo 50% dos lucros do *royalties* para compor um fundo social, destinando 75% para educação e 25% para saúde. A aprovação do PL é um caminho à privatização da empresa.

Outro projeto que amplia a privatização é o PLS 555 (junção de vários PLS) aprovado em março deste ano no Senado, agora como PL 4918 na Câmara Federal, **muda o estatuto jurídico da empresa pública, federal, estadual e municipal, possibilitando parceria público privada na prestação de serviços públicos**. Além disso, as pautas bombas propostas por Temer este ano como o PEC 241/2016 que **congela o orçamento público por 20 anos**, aprovado em regime de urgência na Câmara e Senado.

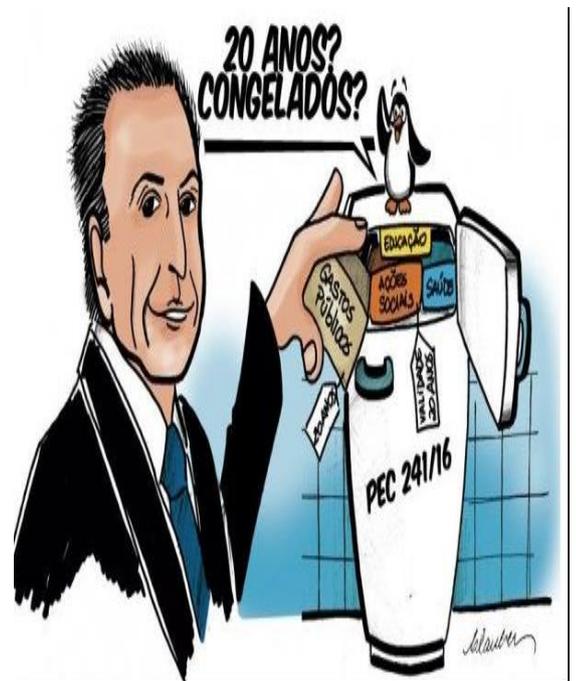
Além da MP 746/2016, que **altera as diretrizes bases da educação nacional**, reduz disciplinas curriculares, limitando o acesso a educação universal, além de estabelecer aumento de carga horária compondo currículo de forma não muito clara, com estágios profissionalizantes, contratos de educadores

com notório saber, entre outros. E as maldades não param, ainda na pauta deste ano, está a proposta de **reforma da previdência**, que propõem o aumento da idade mínima para 65 anos, nas condições propostas, vai ser difícil sobreviver até lá.



Manifestação em Brasília dia 29/11 contra PEC 55

Vivemos uma conjuntura nada favorável, cenário que se agrava com a crise econômica, política e institucional que nos encontramos hoje. Somente uma forte organização popular, pode reverter o quadro atual. Algumas propostas coerentes como a chamada dos movimentos sociais pelas eleições gerais, parecem as mais acertadas. É preciso retomar a democracia, manchada pelo golpe do impeachment, e dos vários golpes dentro do golpe. Mas, como diz o provérbio popular enquanto há vida, há esperança! Somente a luta pode nos garantir!



# HANNAH ARENDT EM QUATRO CAPÍTULOS CAPÍTULO 4: A CRÍTICA DE ARENDT À MARX.

PROF<sup>a</sup> VILMA L. DOLISNKI



Fotografia de Hannah Arendt (1906-1975)

Neste último capítulo do nosso minicurso de política vamos analisar as críticas que Hannah Arendt fez ao pensamento de Karl Marx. Faremos uma interpretação do terceiro capítulo da obra “A condição humana” e também nos utilizaremos do importante texto “O pensamento à sombra da ruptura: Política e filosofia em Hannah Arendt” do Professor André Duarte.

Primeiramente é preciso ressaltar que Arendt considera Marx um grande pensador, respeita e reconhece a importância de suas idéias para a formação do pensamento político ocidental. Critica os comentadores de Marx que tiram vantagens, inclusive financeira de sua obra menosprezando suas contribuições. Conforme suas palavras:

*“Neste capítulo criticarei Karl Marx – o que é lamentável numa época em que tantos escritores, que antes ganharam o seu sustento indo buscar, explícita ou tacitamente, inspiração na grande riqueza das ideias e visões marxistas, decidiram tornar-se anti-marxistas profissionais, sendo que um deles, ao decorrer de tal processo, chegou a descobrir que o próprio Karl Marx não era capaz de sustentar-se a si mesmo, esquecendo momentaneamente as gerações de autores que Marx ‘sustentou’”. (ARENDT, 2008, p 89)*

Segundo Duarte (2000, p 80) as idéias de Marx, que Arendt contesta e procura desconstruir, são três:

1. A concepção de ser humano como criado pelo trabalho;
2. “A violência como parteira da História”;

3. “Os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo, agora é preciso transformá-lo”

O contexto histórico em que Arendt se encontra – meados do séc. XX – é abalado com governos totalitários e com a guerra fria o que a leva, de forma bastante angustiada, a procurar entender seu tempo. Considera o totalitarismo algo completamente novo, uma ruptura com tudo o que já aconteceu em termos políticos. Para comprovar esta tese investiga toda a tradição política desde seu surgimento na Grécia antiga até o totalitarismo no séc. XX, por isso faz comparações entre a democracia antiga e seu retorno na modernidade.

Segundo ela, os gregos procuravam se livrar das necessidades naturais afirmando-se como humanos que, por meio da racionalidade, criam um mundo diferente do natural, conforme sua vontade e entendimento, a polis. Não querem continuar escravos das necessidades naturais. Esse era o critério de diferenciação entre vida pública e privada. O espaço público considerado o reino da liberdade onde não havia violência ou hierarquia, diferente do espaço privado onde se realizavam as tarefas necessárias à sobrevivência. A terra tem que ser lavrada, rasgada, sujeitada para produzir alimentos, os animais precisam ser abatidos. A violência é própria desta esfera da vida. Porque somos em parte “animal laborans” temos que “trabalhar” (laborar) para satisfazer necessidades. Para os antigos as atividades de laborar eram realizadas escondidas ou privadas porque se relacionavam às necessidades fisiológicas. Também é importante realizar estas tarefas em conjunto, daí o ser humano ser considerado naturalmente sociável, mas é certo que o labor de alguns é suficiente para manter a vida de muitos em liberdade.

Na modernidade ocorre grande valorização das atividades sociais que deixam de ser feitas escondidas dentro do espaço privado da casa e passam a ocupar e se misturar com o público. Arendt entende que os modernos tornaram a política uma necessidade, valorizam o labor e o chamam de trabalho. Não fazem distinção entre produtivo e improdutivo, qualificado e não qualificado, manual ou intelectual. Karl Marx que viveu nesta época considerou o labor produtivo por isso o chamou de trabalho e que este diferencia o ser humano de outros animais e o constrói. Marx menosprezou o trabalho improdutivo que é aquele que não enriquece o mundo, que é servil e não paga o que consome, mera subsistência. Arendt diz que Marx esqueceu que há diferença entre trabalho e labor. Para ela trabalho é fabricação, produção ou artesanato de bens duráveis. Diz que Marx imaginava poder acabar com as necessidades humanas e que isso era sua utopia. Para ele produtividade significa força de trabalho humana, ou seja, mais valia. A força de trabalho não se esgota após realizar a atividade que atende a necessidade, ela pode ir além e produzir mais, que é o excedente ou lucro.

Arendt separa produtividade do trabalho que é a criação ou fabricação de objetos da produtividade do laborar que é o processo vital, ou seja, vida. Marx dizia que o trabalho produz o ser humano por não perceber que trabalho é o que produz objetos e bens duráveis e labor o que produz a vida humana ao produzir as coisas que são consumidas para manutenção da vida. Marx considerou trabalho produtivo tudo o que visa consumo porque mantém o processo vital da humanidade. Não se produz para si, mas para todos, entendeu isso como socialização do trabalho. A qualificação também não considerou importante porque o que se vende é a força de trabalho, assim como não distinguiu o manual do intelectual porque o intelectual transforma seu pensamento em objeto. Os antigos desprezavam o labor porque se refere ao processo vital; os modernos o glorificam porque é produtivo e garante o processo vital. Nenhum leva em consideração o caráter da coisa produzida. A diferença entre o pão e a mesa é mais óbvia e conclusiva que a diferença entre padeiro e carpinteiro (ARENDR, p 105).

A natureza imprime um movimento cíclico em todas as coisas do mundo. Tudo se desgasta e acaba. A existência humana não é natural porque cada ser humano, único, singular, impermutável e irrepitível, surge num mundo constante que tem uma certa durabilidade e permanência. Isso porque quando cada ser humano desaparece o mundo permanece. Cada indivíduo, no entanto, tem sua história de vida que é compartilhada com outros e segue o movimento cíclico da natureza: crescimento e declínio. O processo do labor é para enfrentar esse movimento cíclico natural de nosso corpo. Marx descreveu isso como metabolismo do ser humano com a natureza em que este ser se serve das coisas materiais e as adapta a suas necessidades fisiológicas. Chamou isso de trabalho e associou ao consumo como parte desse ciclo natural. A necessidade de sobrevivência é que determina o labor e o consumo. O labor consome as coisas da natureza em outras coisas que alimenta o corpo. Para Arendt o labor é uma atividade que se repete constante e rapidamente, é uma luta interminável contra o processo de crescimento e declínio, por isso destrói e consome vorazmente. Já o trabalho também é destrutivo da natureza, mas por produzir objetos que duram mais demora muito para renovar. É um processo mais lento e menos repetitivo. Labor é consumo e repetição para manter a vida.

Segundo Marx o labor constrói o mundo porque o processo de trabalho visa um produto final e não considera a repetição. Há então, uma contradição justamente por não distinguir labor e trabalho. Marx imaginava libertar o ser humano da necessidade de trabalhar esquecendo que disse ser o trabalho metabolismo entre ser humano e natureza, portanto nunca terá fim. A liberdade do ser humano sem trabalho seria uma vida improdutiva. Nas palavras de Arendt:

*“...contradição fundamental que eiva, como um estigma, todo o pensamento de Marx, e que está presente tanto no terceiro volume de O Capital quanto*

*nas obras do jovem Marx. A atitude de Marx em relação ao trabalho, em relação ao próprio foco de seu pensamento, sempre foi equívoca. Embora o trabalho fosse uma ‘eterna necessidade imposta pela natureza’ e a mais humana e produtiva das atividades do homem, a revolução, segundo Marx, não se destinava a emancipar as classes trabalhadoras, mas a emancipar o homem do trabalho; somente quando o trabalho é abolido pode o ‘reino da liberdade’ suplantiar o ‘reino da necessidade’. Pois o ‘reino da liberdade começa somente onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela utilidade exterior’, onde termina o ‘império das necessidades físicas imediatas’. Contradições tão fundamentais e flagrantes quanto estas raramente ocorrem em escritores mediocres; no caso dos grandes autores, vão ao próprio cerne de sua obra.” (ARENDR, 2008, p 116/117)*

Marx também comparou o labor com a procriação que é a produção da vida que assegura a existência da espécie. Daí surgiu a teoria da força de trabalho. O trabalho que uma pessoa realiza para além de sua própria sobrevivência é o excedente, é a produtividade que irá gerar abundância. Segundo Duarte:

*“O ponto básico e fundamental de toda crítica arendtiana é o de que a preocupação central de Marx não seria para com os destinos do mundo em sua durabilidade e artificialidade objetivas, mas para com o futuro do homem enquanto ‘membro da espécie humana’, e, portanto, para com o homem enquanto parte da natureza.” (DUARTE, 2000 p 100.)*

Arendt interpreta que a preocupação de Marx não é com o mundo comum, mas com o processo vital. A humanidade socializada seria aquela que se preocupa unicamente com o ser humano enquanto *animal laborans* que precisa a todo custo garantir a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência mediante acumulação de riquezas para garantir abundância e isso contribuiu muito para a consumação dos totalitarismos do séc. XX e principalmente para a alienação.

De acordo com Hannah Arendt Karl Marx procurou incluir a classe de trabalhadores nas decisões políticas, mas o resultado foi a transformação da política em administração do privado. Ela aponta como motivo do engano sua concepção de ser humano como ser que se constrói pelo trabalho esquecendo ou não percebendo que este é apenas um dos elementos que constitui o ser humano. Ao confundir *animal laborans* e *homo faber* confundiu os bens de consumo com os bens duráveis tomando tudo como feito para consumo. Hoje os produtos duráveis são consumidos como descartáveis e até mesmo o intelecto foi tomado como produtor de idéias consumíveis. Tudo isso contribuiu para a realização de uma sociedade dos trabalhadores que se tornou sociedade de consumidores e da alienação no decorrer do séc XX.

A supervalorização do trabalho e a conseqüente desvalorização da política resultaram no domínio econômico da esfera pública a ponto de reduzir a política à mera administração da economia. A ampliação da esfera privada sobrepondo-se à esfera pública leva consigo a violência. A idéia de que “A violência é parteira da História” contribui para que aconteçam revoluções e conflitos por questões privadas e particulares simplesmente por orgulho e pretensão de superioridade, o que representa a hierarquia própria do privado e natural que é transposto ao domínio do público e muitas vezes viram assunto do Estado.

Política, para Arendt, é a tomada de decisões que afetam o coletivo por meio de persuasão e nunca com violência. A política, assim como o espaço público, é criação do entendimento intelectual humano, onde o que vale é a igualdade artificial engendrada por este mesmo intelecto, bem como o poder de persuasão que ele tem, longe de ser mera divagação, é a própria ação política. Isso prova que não é possível separar teoria e prática e que interpretar é agir, é praticar a transformação do mundo.

#### Referências:

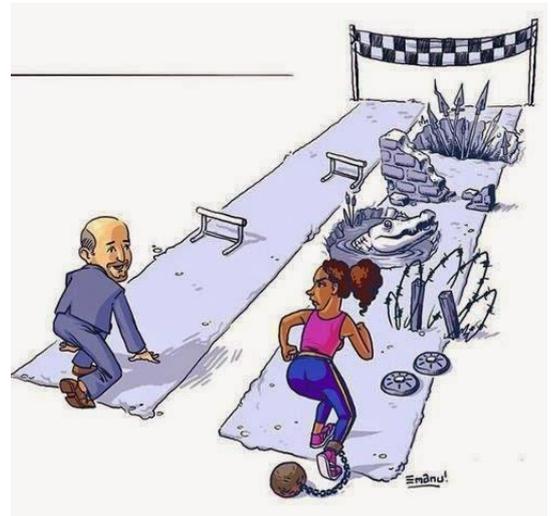
ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de R. Raposo. 10ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2008.

ADEODATO, J. M. L. *O problema da legitimidade no rasto do pensamento de Hannah Arendt*. RJ: Forense Universitária, 1989.

DUARTE, A. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. SP: Paz e Terra, 2000.

## MERITOCRACIA

Maria Thereza Nardotto Macedo  
(3º L)



Hoje, enquanto estava no trabalho, contando a meus colegas de como não estou atuando no que realmente queria, ouvi a seguinte frase “você não é rica porque não quer, se se esforçasse, poderia ser o que quisesse.” Por um momento não disse nada, apenas entrei em uma profunda e plena reflexão que tomou o resto do tempo que permaneci ali e chegou a me tirar o sono quando voltei para casa.

Lembro que comecei a trabalhar muito cedo, com 14 anos. Minhas médias no colégio decaíram um pouco, mas ainda assim continuava me esforçando. Desde cedo me vejo engenheira, e apesar de tudo, lutava para conseguir. Não que eu achasse que era a melhor profissão, mas sabia que continha muitos cálculos – algo que sou realmente boa - e que os engenheiros normalmente ganham muito dinheiro. E talvez fosse isso que eu buscava, já que dinheiro foi algo que minha família nunca teve. Já chegamos a passar fome, e por isso nunca me incomodei em trabalhar para ajudar em casa. Lembro do meu pai sempre dizendo, que queria ver a filha dele uma doutora, uma pessoa que os outros vissem e respeitassem. Lembro também de meus professores, com ar de pena, dizendo para eu nunca abaixar a cabeça, mesmo que sofresse com racismo, e diziam que se eu me esforçasse, mas me esforçasse muito, eu seria o que quisesse, pois minha inteligência era peculiar. Nunca senti que era tanto, mas se ser inteligente é ser bom com cálculos, eu sou muito boa.

E então veio o ano do vestibular. Passei todo ele exausta. Não tinha a menor condição de pagar um curso, então estudava em casa. Durante o dia eu trabalhava, a noite estudava, no caminho que fazia entre trabalho e colégio, aproveitava para estudar matérias a parte, que eu sabia que cairia na prova para ingressar na faculdade. Lembro até hoje do grande dia, cheguei uma hora adiantada. Me sentei na frente do local, estava sol, encostei num muro e fiquei pensando no quanto aquele

calor valeria a pena. Afinal, eu era a própria dona do meu futuro. Decidi ingressar em uma federal, pois tinha renome e era de graça. Prestei para engenharia mecânica. A sensação de fazer aquela prova foi uma das piores da minha vida. Lembro que folheava, e me desesperava. A parte de cálculo, que envolvia mais matemática, eu fui muito bem. Mas o que eram aquelas outras perguntas. Lembro de ter focado muito em todas as matérias, mas era como se eu tivesse jogado meu ano fora. Não sei se por sorte, ou pelo peso das exatas, eu consegui passar para a segunda fase. Essa sim foi a pior experiência que já tive. Havia questões com conteúdos que eu nunca havia visto. Depois, eu soube que eram universitários. Como poderiam exigir uma prova como aquela, não consegui terminar todas. E para piorar, quando sai, lembro que ver outros comentando do quanto foram bem, se dirigindo a seus carros, onde os pais os esperavam orgulhosos. Me senti patética. Pela primeira vez senti que meu esforço não tinha valido de nada.

Porém, não desisti tão fácil, sempre busquei o que quis. No ano seguinte, me inscrevi de novo, mas aconteceu algo inesperável. Eu engravidei. E por conta disso, fui expulsa de casa. Me vi obrigada a desistir da faculdade, precisava focar no meu emprego e na criação do meu filho, até porque o pai nos abandonou. Consegui meu atual emprego em uma padaria. Sou confeitira. Faz 4 anos que trabalho aqui, a idade do meu filho. Eu nunca consegui voltar a estudar. Até porque, eu já fico tempo demais fora, trabalhando, não quero meu filho criado por outra pessoa. Acordo todo dia 4hrs da manhã, e chego em casa às 19hrs. Pego meu filho na casa da minha tia, ajudo ele com aquelas tarefas de criança que vem da escola, comemos e dormimos. E todo dia, repito o mesmo ritual. Eu gosto do meu trabalho, é honesto, garante que eu consiga sustentar meu filho, mas dá um cansaço. Lembro de uma vez que comentei com meu chefe que tenho o sonho de abrir meu próprio negócio, ganhar um pouco mais, comprar uma casa boa para meu filho e eu. Ouvi que eu não merecia. Ouvi que só quem consegue é quem batalha a vida toda. Ouvi que tudo deve ser conquistado e que sou acomodada. E hoje, com o que meus colegas falaram, me pego refletindo “quem de fato merece?”

Certa vez um empresário disse que “não é culpa sua nascer pobre, mas morrer pobre, sim”. Eu tenho culpa? Tenho culpa de não ter tido um ensino suficiente para uma faculdade? Tenho culpa de ter sido abandonada pelo homem que eu pensei que me amava? Tenho culpa de estar trabalho no que consegui para sustentar meu filho?

Eu, eu sou uma personagem fictícia, mas quantas de mim existem por aí?